



A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIZA SBARDELOTTO

BIOPOLÍTICA E A GOVERNAMENTALIDADE: OS REGISTROS DOS  
RELATÓRIOS DAS PRÁTICAS ESCOLARES EM TEMPOS DE PANDEMIA, COMO  
DISPOSITIVO DO TRABALHO PEDAGÓGICO.

CURITIBA

2022

MARIZA SBARDELOTTO

BIOPOLÍTICA E A GOVERNAMENTALIDADE : OS REGISTROS DOS RELATÓRIOS  
DAS PRÁTICAS ESCOLARES EM TEMPOS DE PANDEMIA, COMO DISPOSITIVO  
DO TRABALHO PEDAGÓGICO.

Dissertação apresentada ao Setor de Educação,  
Programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria  
e Prática de Ensino da Universidade Federal do  
Paraná, como requisito parcial à obtenção ao título  
de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Pooli

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Sbardelotto, Mariza

Biopolítica e a governabilidade : os registros dos relatórios das práticas escolares em tempos de pandemia, como dispositivo do trabalho pedagógico / Mariza Sbardelotto. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Orientador: Prof. Dr. João Paulo Pooli

1. Educação e Estado. 2. Biopolítica. 3. Práticas pedagógicas. 4. Relatórios educacionais. 5. Pandemia. I. Pooli, João Paulo. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Bibliotecária: Maria Teresa Alves Gonzati CRB-9/1584



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO: TEORIA E  
PRÁTICA DE ENSINO - 40001016080P7

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA DE ENSINO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **MARIZA SBARDELOTTO** intitulada: **BIOPOLÍTICA E A GOVERNAMENTALIDADE: OS REGISTROS DOS RELATÓRIOS DAS PRÁTICAS ESCOLARES EM TEMPOS DE PANDEMIA, COMO DISPOSITIVO DO TRABALHO PEDAGÓGICO**, sob orientação do Prof. Dr. JOÃO PAULO POOLI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 02 de Março de 2022.

Assinatura Eletrônica

15/03/2022 13:23:10.0

JOÃO PAULO POOLI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

03/03/2022 15:40:37.0

JACQUES DE LIMA FERREIRA

Avaliador Interno (CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA)

Assinatura Eletrônica

03/03/2022 17:25:44.0

LUCIA HARDT

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço meu querido orientador João Paulo Pooli, pelo seu incentivo, suas provocações que me instigaram, intrigaram, proporcionando um novo olhar sobre a educação. E se não fosse assim, não seria tão maravilhoso. É pouco descrever a importância que meu orientador teve nessa minha caminhada, então finalizo com o mais sincero muito obrigada.

Agradeço a meus pais José Francisco Sbardelotto e Zulmira Anna Sbardelotto que na caminhada da vida escolar nunca me deixaram faltar nada, para que um dia eu pudesse andar sozinha e seguir em frente.

Agradecer nunca é demais, agradecer ao divino, ao inexplicável, ao Deus que existe em mim, as forças na natureza que nos mantem em pé. Agradecer aos amigos, aos colegas, principalmente ao meu companheiro dessa vida Luiz Manoel Pinto que passou inúmeras madrugadas comigo ensinando e aprendendo a arte de governar, sem saber estávamos aprimorando a nossa arte de amar, a ele dedico essa dissertação.

Por fim agradeço a imensa luz que me guia nessa vida, toda força, coragem, intuição, sorte, acaso, oportunidade e fé.

"Existem momentos na vida em que a questão de saber que se pode pensar diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir."  
*História da sexualidade II: O uso dos prazeres* (Foucault, 1994, p. 13)

## RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo problematizar as práticas pedagógicas no cotidiano da organização do trabalho do pedagogo, a partir dos registros dos relatórios que validam as Atividades Pedagógicas não Presenciais em tempo de pandemia, buscando compreender como os registros escolares funcionam como dispositivo de biopolítica e governamentalidade no campo da Educação. Para problematização dessas práticas, foram utilizadas as ferramentas conceituais de saber, poder pastoral, disciplinar, biopolítica, e governamentalidade de Michel Foucault, sendo que nesta dissertação não se teve o intuito de solucionar problemas questionando uma verdade para construção de outra. Porém o trabalho foi conduzido como um gesto investigativo, uma maneira diferente de atuar diante um campo de pesquisa. Na compreensão de não problematizar os relatórios de uma única fonte de acontecimentos, os encaminhamentos metodológicos buscaram uma série de perspectivas, buscando uma certa objetividade por meio da multiplicidade de interpretações, assim foram interpretados os relatórios pedagógicos, bem como a Deliberação 04/2020 e as respostas dos questionários enviados aos professores, problematizando o campo de saber e reconhecendo as tantas formas que ele é visto. Ao problematizar as práticas pedagógicas contidas nos relatórios, foi possível interpretar que, para além de uma prática administrativa e pedagógica existiu uma prática judiciária, para saber exatamente quem fez o quê, em que condições e em que momento se fez o que foi feito. Pois o inquérito é uma determinada maneira do poder se exercer. Com intuito de fazer o bem, o poder pastoral repercute nas formas modernas de governar os outros. Como visto nos princípios de colaboração, apoio e incentivo que constituem a Deliberação 04/2020 do CME, bem como o incentivo ao fortalecendo das interações e os vínculos com as famílias das crianças, para que se ocorresse o desenvolvimento das atividades pedagógicas não presenciais. No poder disciplinar novas configurações de espaço e tempo foram observadas. Não tendo mais o corpo presente para vigilância e controle sobre gestos, comportamentos e atitudes em detrimento de um espaço e tempo determinado, porém houve uma permanente vigilância sobre os indivíduos, que se deu por meio do controle da SEMED e CME a escola, com relação relatórios sobre as atividades remotas, e sobre os professores aos pais, no cumprimento da busca e realização das atividades para os estudantes. Sobre o poder biopolítico entende-se que os relatórios, bem como a Deliberação 04/2020, tiveram uma função de monitoramento geográfico e populacional por meio de levantamento estatísticos sobre o corpo social, que foram direcionados por meio da deliberação nas orientações sobre o mapeamento dos estudantes que não estavam buscando as atividades pedagógicas e concretizadas nos relatórios descrevendo esse mapeamento. Em relação a governamentalidade, a condução do outro esteve presente na deliberação 04/2020, ao introduzir os seguintes princípios para o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas, como a orientação para que as famílias acompanhassem os estudantes em sua rotina de estudo em suas residências, ou seja a governamentalidade ultrapassando os muros da escola.

Palavras-chave: Escola. Poder. Governamentalidade. Biopolítica. Dispositivo.

## ABSTRACT

This dissertation aimed to problematize the pedagogical practices in the daily organization of the pedagogue's work, based on the records of the reports that validate the Non-Present Pedagogical Activities in a time of the pandemic, seeking to understand how school records work as a biopolitics and governmentality device in the field of Education. To problematize these practices, Michel Foucault's conceptual tools of knowledge, pastoral power, disciplinary power, biopolitics, and governmentality were used, and in this dissertation, it was not intended to solve problems by questioning one truth for the construction of another. However, the work was conducted as an investigative gesture, a different way of acting in a field of research. In the understanding of not problematizing the reports from a single source of events, the methodological referrals sought a series of perspectives, seeking certain objectivity through the multiplicity of interpretations, thus the pedagogical reports were interpreted, as well as the Deliberation 04/2020 and the answers to the questionnaires sent to the teachers. Questioning the field of knowledge and recognizing the many ways in which it is seen. By problematizing the pedagogical practices contained in the reports, it was possible to interpret that in addition to administrative and pedagogical practice, there was a judicial practice. To know exactly who did what, under what conditions, and at what time what was done. For inquiry is a certain way of exercising power. To do good, pastoral has repercussions on modern ways of governing others. As seen in the principles of collaboration, support, and encouragement that constitute Deliberation 04/2020 of the CME, as well as the encouragement to strengthen interactions and bonds with the children's families, so that the development of non-face-to-face pedagogical activities could occur. In the disciplinary power, new configurations of space and time were observed. No longer having the body present for surveillance and control over gestures, behaviors, and attitudes to the detriment of a determined space and time, however, there is permanent surveillance over individuals, which took place through the control of SEMED and CME the school, concerning reports on remote activities, and on teachers to parents, in fulfilling the search and realization of activities for students. Regarding biopolitical power, it is understood that the reports, as well as Deliberation 04/2020, had a geographic and population monitoring function through statistical surveys on the social body, which were directed through the deliberation in the guidelines on the mapping of the students who were not looking for the pedagogical activities and concretized in the reports describing this mapping. Regarding governmentality, the conduct of the other was present in deliberation 04/2020, when introducing the following principles for the period in which face-to-face classes are suspended, such as guidance for families to accompany students in their study routine in their residences, that is, governmentality going beyond the walls of the school.

Keywords: School. Power. Governmentality. Biopolitics. Device.



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – OS PODERES SE INTERLIGAM.....	32
FIGURA 2 – RELAÇÕES DE PODER COMO VIA DE MÃO DUPLA COM OS DISPOSITIVO.....	43
FIGURA 3 - DISPOSITIVOS PEDAGÓGICOS.....	46

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- DISPOSIÇÃO DOS REGENTES E TURMAS DE ATUAÇÃO.....	67
QUADRO 2 - PODER PASTORAL NA DELIBERAÇÃO 04/2020.....	65
QUADRO 3 - PODER DISCIPLINAR NA DELIBERAÇÃO 04/2020.....	68
QUADRO 4 - A BIOPOLÍTICA NA DELIBERAÇÃO 04/2020.....	70
QUADRO 5 - AMOSTRA DE RESPOSTAS DOS PROFESSORES (ANEXO 2) .....	71
QUADRO 6 - GOVERNAMENTALIDADE NA DELIBERAÇÃO 04/2020.....	73
QUADRO 7 - AMOSTRA DE RESPOSTAS DOS PROFESSORES (ANEXO 2) .....	74

## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

APP	- Associação de Pais e Mestres
CME	- Conselho Municipal de educação
COVID	- (Co) (Vi)rus (D)isease
ENEN	- Exame Nacional do Ensino Médio
GT'-s	- Grupo de trabalho
IDEB	- Índice de desenvolvimento da Educação Básica
PNAIC	- Pacto Nacional pela Educação Básica
PPP	-Projeto Político e Pedagógico
SEMED	- Secretaria Municipal de Educação.
SJP	- São José dos Pinhais

## LISTA DE SÍMBOLOS

I – II - III - inciso

§ - párrafo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
1.1 OBJETIVO.....	16
1.2 JUSTIFICATIVA.....	17
1.3 METODOLOGIA.....	17
<b>2 O PODER EM FOUCAULT.....</b>	<b>23</b>
2.1 O PODER PASTORAL E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	25
2.2 O PODER DISCIPLINAR E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	28
2.3 A BIOPOLÍTICA E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	30
<b>3 CONCEITUANDO A GOVERNAMENTALIDADE.....</b>	<b>33</b>
3.1 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A GOVERNAMENTALIDADE.....	36
<b>4 DISPOSITIVOS COMO PRÁTICAS.....</b>	<b>40</b>
4.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: RELATÓRIOS ESCOLARES COMO DISPOSITIVO PEDAGGÓGICO.....	43
4.2 ATRIBUIÇÕES DO CARGO DO PEDAGOGO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.....	46
<b>5 METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>51</b>
5.1 A ESCOLA, OS PARTICIPANTES DA PESQUISA E OS PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	54
<b>6 EM NOME DA VERDADE: RELATÓRIOS PARA QUÊ.....</b>	<b>60</b>
<b>7 PROBLEMATIZANDO O PODER PASTORAL, DISCIPLINAR, BIOPOLÍTICO E A GOVERNAMENTALIDADE NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....</b>	<b>63</b>

7.1 O PODER PASTORAL E SEUS DISPOSITIVOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	63
7.2 O PODER DISCIPLINAR E SEUS DISPOSITIVOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	65
7.3 A BIOPOLÍTICA E SEUS DISPOSITIVOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	68
7.4 A GOVERNAMENTALIDADE E SEUS DISPOSITIVOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	71
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
<b>9 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>78</b>
<b>ANEXO 01.....</b>	<b>81</b>
<b>ANEXO 02.....</b>	<b>82</b>
<b>ANEXO 03.....</b>	<b>83</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A proposta dissertação tem como objetivo problematizar as práticas pedagógicas no cotidiano da organização do trabalho do pedagogo, a partir dos registros dos relatórios que validam as Atividades Pedagógicas não Presenciais em tempo de pandemia<sup>1</sup>. Esta investigação busca compreender como os registros escolares funcionam como dispositivo<sup>2</sup> de biopolítica e governamentalidade. Para isso, serão utilizados os conceitos de *saber*, *poder*, *biopolítica* e *governamentalidade* de Michel Foucault no campo da educação.

Em março de 2020, em análise da situação mundial do avanço da pandemia Covid-19 que chega ao Estado do Paraná e, conseqüentemente, a São José dos Pinhais, o governo do Estado publica as primeiras ações de combate à doença, explicitadas no Decreto Estadual, nº 4.230 de 16 de março de 2020. Este decreto, no seu artigo 8º, orienta a suspensão das aulas presenciais em escolas estaduais públicas e privadas, assim como universidades públicas. Na sequência, em 17 de março de 2020, o prefeito de São José dos Pinhais autoriza o Decreto de nº 3.726, em seu artigo 9º discorre da suspensão das aulas nas unidades públicas a partir do dia 23 de março, estendendo a recomendação deste para as unidades particulares.

Impossibilitada a continuidade das atividades escolares, o Conselho Municipal de Educação – CME de São José dos Pinhais publica a Deliberação de nº 04/2020 e por meio das portarias nº 27/2020, nº 40/2020 e nº48/2020 da Secretaria Municipal de Educação de São José dos Pinhais, em decorrência do regime especial e da legislação específica causada pelo novo Coronavírus – COVID-19, instituiu uma regulamentação para o desenvolvimento de atividades e estudos escolares não presenciais às Unidades de Ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

De acordo com essa legislação, ficou autorizada a oferta de Atividades Pedagógicas não presenciais para o cumprimento de carga horária, sendo essas atividades impressas e produzidas pelo professor de acordo com o Referencial

---

<sup>1</sup> A pandemia de COVID-19, também conhecida como pandemia de coronavírus, é uma pandemia em curso de uma doença respiratória causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2).

<sup>2</sup> Um dispositivo é " [...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas" (FOUCAULT, 2018, p. 364).



Curricular de São José dos Pinhais. Neste contexto ficou a cargo do Pedagogo, de acordo com o Art. 9º inciso III da DELIBERAÇÃO nº 04/2020 – CME/SJP:

- a) orientar, acompanhar o planejamento e validar todas as atividades/vivências planejadas e executadas pelos professores;
- b) organizar, com os professores das turmas, um calendário dispondo os dias de planejamento, desenvolvimento das ações pedagógicas;
- c) orientar os Professores a registrarem a entrega e recebimento das atividades no formulário, com as devidas assinaturas.

Em continuidade ao regime e para que as Atividades Pedagógicas encaminhadas aos estudantes fossem validadas e aceitas como carga horária trabalhada, as práticas e atividades pedagógicas deveriam ser documentadas por meio de relatórios para comprovação dos estudos realizados e protocoladas no CME, órgão normativo do Sistema Municipal de Ensino para efeito de validação como período letivo. Também de acordo com o Art. 10º inciso II e III da DELIBERAÇÃO nº 04/2020 – CME/SJP, o que deveria conter nos relatórios de validação:

- II- descrição das atividades não presenciais abordando a metodologia utilizada, com remissão à proposta pedagógica presencial autorizada e ao Referencial Curricular de São José dos Pinhais;
- III- demonstração da metodologia e dos recursos utilizados como folhas impressas datadas, para o acesso e desenvolvimento das atividades pelas crianças e/ou estudantes;
- IV- demonstração da frequência ou participação das crianças e/ou estudantes nas atividades realizadas;
- V- data de início e término das atividades pedagógicas não presenciais.

Esses registros dos relatórios em tempos de pandemia, constituíram-se como um importante dispositivo de controle de tempos e espaços, disciplinando comportamentos, instituindo maneiras de ser, construindo a relação do sujeito consigo mesmo e atendendo aos propósitos da escola contemporânea. Entendendo os dispositivos pedagógicos como estratégias discursivas que normalizam os estudantes para serem conduzidos aos modos de aprender e praticar a vida em determinada direção, em tempos de nova modalidade de ensino remoto, eles sustentam o que dá significado à escola, uma maneira de fazer as coisas.

No contexto escolar, o papel do pedagogo, usualmente compreendido pelos teóricos da educação, é o de articulador e mediador das teorias educacionais, nas quais se aplicam metodologias e didáticas para corrigir maneiras não condizentes de educar, sem sair da lógica das teorias da educação moderna. Sendo assim, problematizar as práticas pedagógicas a partir dos registros de validação das

atividades escolares é uma tentativa de sair da lógica funcional de apenas fazer, mas interpretar o que se diz, pensa e faz na educação tentando superar os limites impostos pelo discurso pedagógico humanista e salvacionista, que impõe a verdade dos saberes sobre a educação dos estudantes, uma vez que os registros de validação escolares direcionam o que o pedagogo e professor precisam registrar para validar as atividades não presenciais e estas fiquem arquivadas, justificando as atividades da escola.

Ao compreender a importância de como se dá a biopolítica e a governamentalidade no espaço escolar, a partir dos estudos de Foucault, o pedagogo terá ferramentas para problematizar aquilo que lhe é imposto para não apenas cumprir protocolos, mas encontrar outras formas e possibilidades de fazer educação. De acordo com Foucault (1984, p.347-348), "(...) deve-se escapar à alternativa do fora e do dentro: é preciso situar-se nas fronteiras", fazendo a crítica e análise dos limites e a produtividade possível "(...) para simultaneamente apreender os pontos em que a mudança é possível e desejável e para determinar a forma precisa a dar a essa mudança (...)".

Para isso serão utilizadas as ferramentas conceituais de *saber, poder, biopolítica e governamentalidade* de Michael Foucault, assim problematizando as práticas educacionais de maneira a abri-las para o impensável, permitindo a emergência do novo. Não com o intuito de solucionar problemas conduzindo o pesquisador a uma verdade, mas como um gesto investigativo, uma maneira de atuar diante um objeto de pesquisa, a fim de problematizar como determinadas estruturas de pensamento determinam com que algo aconteça de uma forma e não de outra, compreendendo como nossa perspectiva interfere em nossa interpretação.

A instituição escolar atual faz parte de um percurso genealógico que buscou sempre uma racionalidade, instituindo verdades a serviço da modernidade. Sendo a escola o lugar onde tudo se aprende e se ensina, sua principal função é transmitir saberes as novas gerações para que todos e possam viver no mundo contemporâneo. Ao entrarem na escola, os indivíduos passam a ser governados<sup>3</sup> por ela e suas vidas conduzidas para que tenham comportamentos e pensamentos adequados a esta sociedade. Esse governo praticado na escola atende pelo nome de *pedagogia*, a

---

<sup>3</sup> O conceito de governo utilizado nesta dissertação não é o governo político, estatal, mas o governo de si mesmo, em como se pode administrar a si mesmo e aos outros.

ciência racional que estabelece tudo que se diz, pensa e faz na escola, ou seja, o conjunto das práticas pedagógicas que instrui e governa as novas gerações.

Cada organização escolar abriga, em seu interior, um complexo e amplo jogo de interesses e resistências. Neste contexto, muitas práticas pedagógicas são apresentadas para escola como universais, necessárias e obrigatórias, ao mesmo tempo que vão constituindo maneiras de ser estudante, professor, pedagogo, diretor, funcionário e família, pois sua racionalidade ultrapassa os muros da escola.

Entende-se que essa racionalidade estabelecida pela escola não se define de uma vez por todas, ela muda de acordo com seu contexto histórico e principalmente pelas relações de poder<sup>4</sup> que permeiam essas figurações<sup>5</sup>. Desta forma, pode-se dizer que as instituições desses regimes de saberes transmitidos pela escola só se mantêm ou mudam por conta das relações de poder que nela existem.

Foucault demonstrou, em seus estudos, que os saberes sobre o homem não estão alheios as práticas de controle e vigilância, ou seja, as verdades só são estabelecidas e permanecem mediante a força predominante no caso da escola por meio das práticas de controle como o disciplinamento, exames e como o objeto de estudo desta dissertação, os registros dos relatórios das práticas pedagógicas em tempos de atividades remotas que se constituem como um dispositivo biopolítico e de governamentalidade. Assim, a escola é uma instituição privilegiada da legitimação de saberes e estes somente irão constituir-se por meio das relações de poder que se manifestam pelas práticas pedagógicas no cotidiano da organização do trabalho pedagógico.

O entendimento de problematização apresentado não é o de girar em torno de um problema ou o de causar uma polêmica, tendo em vista que um polemista defende a legitimidade de seu argumento, não aceitando repensar a sua questão, procurando apenas destruir toda e qualquer opinião. Segundo Foucault (1984, p. 225), "o polemista diz a verdade na forma de um julgamento e de acordo com a autoridade que ele próprio se atribui".

---

<sup>4</sup> O que quer dizer que as relações de poder se enraízam profundamente no nexos social; e que elas não reconstituem acima da "sociedade" uma estrutura suplementar com cuja obliteração radical pudéssemos talvez sonhar. Viver em sociedade é, de qualquer maneira, viver de modo que seja possível a alguns agirem sobre a ação dos outros. Uma sociedade "sem relações de poder" só pode ser uma abstração (Foucault, 1995, p. 245 – 246).

<sup>5</sup> Conceito de figuração entendido pelo sociólogo Norbert Elias.

Sendo assim, a intenção é que se possa refletir sobre outras ideias e possibilidades de pensar a educação. Não de polemizar, mas de problematizar um campo de saber, no caso aqui, a escola e as relações de poder evidenciadas em suas práticas pedagógicas, a fim de examiná-las em suas amarras conceituais e de alguns dos seus pressupostos epistemológicos. Como aponta Foucault (1984, p. 225), "aquele que questiona nada mais faz do que usar um direito que lhe é dado: não ter certeza, perceber uma contradição, ter necessidade de uma informação suplementar, defender diferentes postulados, apontar um erro de raciocínio".

A problematização não significa um ajustamento de representações para justificação de hipóteses levantadas a priori a conclusão de uma temática, mas entender que várias respostas podem ser definidas para um mesmo problema e não apenas defender uma ou outra via como a única possível de solucioná-lo. Assim, o que o pensador francês denominou como elemento que poderia caracterizar a história do pensamento, as problematizações, o pensamento, é:

O que distingue o pensamento é que ele é totalmente diferente do conjunto das representações implicadas em um comportamento; ele também é completamente diferente do campo das atitudes que podem determiná-lo. O pensamento não é o que se apresenta em uma conduta e lhe dá um sentimento; é, sobretudo, aquilo que permite tomar uma distância em relação a essa maneira de fazer ou de reagir, e tomá-la como objeto do pensamento e interrogá-la sobre seu sentido, suas condições e seus fins (FOUCAULT, 1984, p. 232).

Mas como isso seria possível? A partir do pressuposto de que não há verdades absolutas, para Nietzsche (2005, p.16), " tudo veio a ser; não existem fatos eternos: assim como não existem verdades absolutas". Tão pouco existe a origem de um problema, porém verdades ou discursos construídos em um dado momento histórico. Também como observa Nietzsche (2005, p. 16), "mas tudo que o filósofo declara sobre o homem, no fundo não passa de testemunho sobre o homem de um espaço de tempo bem limitado."

Essa procura de uma racionalidade foi objeto de todos os pensadores, e Nietzsche, com o pensamento interpretativo em perspectiva, conclui que não existe essa racionalidade ou a verdade, mas a interpretação sobre as coisas, da mesma forma que é necessário questionar essa racionalidade e suas implicações. Como cita Hart (2013, p. 349), "enfrentar a racionalidade e o idealismo significa enfrentar também

um moralismo que estabelece o certo e o errado sem avaliar as contingências dessas medidas".

A perspectiva nietzschiana entende a interpretação como um inacabamento e uma finitude, e o que interpretado expressa apenas uma parcela da realidade, ou seja, apenas uma perspectiva da realidade e não ela mesma em seu todo, sendo que a interpretação não significa apenas formar juízo a respeito de um fato, mas sim de apropriar-se dele tornando-o ação. Entretanto, não se pode considerar qualquer interpretação como válida, tampouco interpretar para impor uma nova verdade. Assim como Foucault descreve a interpretação em Nietzsche:

O sentido histórico, tal como Nietzsche o entende, sabe que é perspectivo e não recusa o sistema de sua própria injustiça. Ele olha de um determinado ângulo, com o propósito deliberado de apreciar, de dizer não, de seguir todos os traços do veneno, de encontrar o melhor antídoto. Em vez de fingir um discreto aniquilamento diante do que ele olha, em vez de aí procurar sua lei e a isso submeter cada um de seus movimentos, é um olhar que sabe tanto onde olha quanto o que olha. O sentimento histórico dá ao saber a possibilidade de fazer, no movimento de seu conhecimento, sua genealogia (FOUCAULT, 2018, p. 76).

A escola impõe sua racionalidade e suas verdades quando aceita somente uma interpretação para as coisas e não as questiona, e faz isso com seus estudantes quando não deixam que eles produzam outros sentidos. Também os faz porque seus educadores, professores, pedagogos e diretores acreditam que existe uma única verdade e uma única maneira de fazer educação. Não se pode prometer romper com as verdades instituídas na escola, mas é possível interpretar como a escola interpreta, e quais são as estruturas de pensamento que determinam o seu fazer pedagógico.

Neste sentido, a escola tem como função dar condições para a vontade de potência<sup>6</sup> de cada um, segundo Hardt (2013, p. 345):

(...) a pedagogia nietzschiana rompe com o próprio indivíduo em estado de formação, instaura um cultivo de si com vistas a superar o que já é fruto de uma espécie de domesticação idealista. Essa resistência exerce uma vontade de potência.

A interpretação sempre será a imposição de uma perspectiva, e a função da escola poderia ser a de formar sujeitos que possam interpretar livremente, sem tentar

---

<sup>6</sup> De acordo com Nietzsche.

estruturar, pois isso seria tentar encontrar a origem das coisas e, por consequência, a resposta para os problemas, impondo uma verdade sobre outra.

O segundo capítulo desta dissertação aborda, as ferramentas conceituais de Foucault como o poder pastoral, disciplinar, biopolítico e sua relação com as práticas pedagógicas, com o intuito de problematizar os conceitos apresentados com as práticas pedagógicas e as maneiras com que os seres humanos se constituem como sujeitos.

O terceiro capítulo descreve sobre a governamentalidade, e a genealogia da arte de governar, o objetivo do capítulo é refletir sobre o caminho analítico percorrido por Foucault para entender melhor como se estruturou a noção de governo em seu pensamento e compreender os temas como a condução, a direção, o cuidado, principalmente, o governo de si e dos outros, a governamentalidade.

O terceiro capítulo situa o leitor sobre o conceito de dispositivo pensado por Foucault. Sendo o dispositivo tudo o que é implícito e explícito nas relações de poder e nas configurações de saber da escola, o objetivo é o entendimento dos registros dos relatórios como dispositivos pedagógicos para a problematização das práticas pedagógicas. De acordo com Agamben (2005, p. 10), "o dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder (...)", tendo a capacidade de capturar, orientar, determinar os gestos e condutas das práticas pedagógicas, que produzem e transformam a experiência que as pessoas tem de si.

O quinto capítulo descreve a metodologia da pesquisa, que se trata de um estudo documental de abordagem qualitativa e de cunho interpretativa em perspectiva. Segue descrevendo a escola, os participantes da pesquisa e procedimentos e a coleta de dados.

O sexto capítulo questiona o significado dos relatórios em uma leitura genealógica sobre o conceito de inquérito. Em seguida o capítulo sete problematiza os poderes nas práticas pedagógicas, seguindo o capítulo de considerações finais.

## 2 O PODER EM FOUCAULT

Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos no nível do desejo – como se começa a conhecer – e também no nível do saber (FOUCAULT, 2018, p. 238-239).

Este capítulo pretende analisar as relações de poder presentes na escola por meio das práticas pedagógicas. No intuito de situar o leitor, o texto abordará, inicialmente o conceito de *poder* segundo a interpretação de Foucault, bem como os conceitos de *poder pastoral*, *disciplinar* e a *biopolítica*, buscando interpretar nas práticas pedagógicas escolares a sua interferência na constituição das subjetividades.

O conceito de poder mais usual, que mais se fala e ouve, é um poder vertical que se estabelece de cima para baixo, do centro a periferia, do macro para o micro, e não um poder horizontal. No entanto, o conceito interpretado por Foucault e utilizado como ferramenta conceitual nesta dissertação é um poder que não está localizado em nenhum ponto específico da estrutura social. Os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social, integrados ou não ao Estado como tradicionalmente é concebido como poder político.

De acordo com Foucault (2018), o poder não existe em si, tampouco é possuído, mas exercido. O que existem são práticas ou relações de poder, e será com esse entendimento que se utilizará os conceitos/ferramentas sobre o poder, biopolítica e governamentalidade para a análise e interpretação das práticas pedagógicas, pois é por meio delas que o poder se concretiza. É importante compreender que Foucault não conceitua o poder somente pela sua força repressora, acreditando ser esta uma interpretação estreita sobre o mesmo, pois se a função do poder fosse somente a de dizer não, provavelmente não seria sempre obedecido:

O que faz como que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que ele permeia, produz coisas, induz, ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2018, p.45).

Para compreender as relações de poder, é necessário que a pesquisadora leve em conta tanto os aspectos sociais quanto históricos, o contexto em que estas

relações são produzidas e como o poder é praticado no interior de cada sociedade. Como escreve Roberto Machado, na introdução de Foucault (2018, p. 12), "não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa, é uma prática social e, como tal, construída historicamente".

Os poderes segundo Foucault se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social, formando um complexo de micropoderes integrados. Em análise com a conjuntura escolar, o poder encontra-se em todas as relações deste contexto e atua no corpo de cada sujeito regulando seu comportamento. Desta maneira, em relação à escola, o poder não está centralizado apenas na Secretaria de Educação, mas está sendo praticado nas relações entre as pessoas do espaço escolar, entre pedagogos e professores, professores e direção, professores e estudantes, família e professores. Enfim, em todos os relacionamentos dentro do espaço escolar que se possa configurar.

Poder esse que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa no nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana, e por isso pode ser caracterizado como micropoderes ou subpoder. O que Foucault chamou "microfísica do poder" significa tanto um deslocamento do aspecto da análise quanto do nível em que está se efetua (FOUCAULT, 2018, p.14).

No espaço escolar, as atitudes, gestos, comportamentos e discursos (como se anda nos corredores, como se senta na sala de aula, como se veste e como se fala dentro do espaço escolar) exteriorizam o poder atuando no corpo e constituindo os sujeitos no contexto escolar.

A intenção é buscar interpretações que não condicionem apenas a um olhar negativo sobre o poder e sua força destrutiva, pois é preciso refletir também sobre seu lado positivo e produtivo, olhando em outras perspectivas. Assim, novamente como cita Roberto Machado, na introdução de (Foucault, 2018, p.19), "o poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é esse aspecto que explica o fato de que ele tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo. Mas para aprimorá-lo, adestrá-lo.

O poder longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. Foi a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico (FOUCAULT, 2018 p. 239)



O poder foi um dos objetos de estudo mais desenvolvidos por Foucault, e em suas pesquisas estão expressas as sucessivas transformações que as relações de poder sofreram ao longo do tempo. É possível citar, em linhas gerais, três grandes modelos de exercício de poder: o pastoral, o disciplinar e o biopolítico, deixando claro que não era necessário o desaparecimento de um poder para que o outro se instalasse. Pelo contrário, era sobre as bases já estabelecidas de um modelo que seria possível a implantação de novas formas de exercício de poder. O fundamental da análise é que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber e, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder:

## 2.1 O PODER PASTORAL E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

O cristianismo pertence ao campo das religiões de salvação. É uma dessas religiões que tem como objetivo conduzir o indivíduo de uma realidade a outra, da morte à vida, do tempo à eternidade. Para alcançar isso, o cristianismo impôs um conjunto de condições e regras de comportamento para certa transformação de si (FOUCAULT, 2004, p.350).

O primeiro modelo de exercício de poder a ser interpretado neste estudo será o poder pastoral, e com o auxílio da obra de Michel Foucault (2008) "Segurança, Território e População", foi possível compreender que o tratamento pastoral do homem na civilização ocidental possui uma vasta história e, mais do que em qualquer outro povo da antiguidade, foi entre os hebreus que a temática do pastorado teve grande desenvolvimento. A relação pastor-rebanho começou a ser usada como uma sugestão quase que exclusivamente religiosa no sentido de uma metáfora para ilustrar a ligação entre o povo de Israel e seu Deus.

O poder pastoral se exercia sobre os indivíduos e não sobre um território. O rebanho/povo precisava de alimentação e descanso, o pastor/governante era o responsável em conduzi-los até onde pudessem encontrar segurança. Seu poder estava em determinar por onde o rebanho deveria andar. De acordo com Foucault (2008, p.169), diferentemente de um poder "que se exerce sobre a unidade de um território, o poder pastoral se exerce sobre uma multiplicidade em movimento". O poder pastoral colocava como princípio fundamental para o governante, quase como função e destino, o "fazer o bem". Para Foucault, como o poder pastoral era

"inteiramente definido por seu bem-fazer, ele não tem outra razão de ser senão fazer o bem" (FOUCAULT, 2008, p.170). A finalidade/objetivo de sua aplicação que não é outra senão a "salvação do rebanho". A salvação do rebanho se transformará em salvação da alma com o Cristianismo. É por isso que Foucault anota que o poder pastoral é essencialmente "um poder de cuidado":

Assim, o poder do pastor se manifesta num dever, numa tarefa de sustento, de modo que a forma [...] que o poder pastoral adquire não é, inicialmente, a manifestação fulgurante da sua força e da sua superioridade. O poder pastoral se manifesta inicialmente por seu zelo, sua dedicação, sua aplicação infinita (...) (FOUCAULT, 2008, p. 170- 171).

Como figura central, o pastor tinha algumas funções atribuídas somente a ele, como: reunir, proteger e guiar seu rebanho, cuidando para que nenhum perigo caísse sobre ele, prevalecendo uma relação de dependência entre pastor e rebanho. Só poderia existir um rebanho e um poder que emanaria dele, na medida em que existe um pastor para uni-lo e conduzi-lo. Sem o pastor as ovelhas se perderiam e logo não possuiriam potência alguma.

Da mesma forma, a existência do pastor se justifica por meio da existência de um rebanho que requer cuidados. O pastor, por ter sido designado pela divindade ou por ser o próprio Deus, sabe qual é a natureza (e o destino) de seu rebanho, e esta não é outra senão a sua felicidade proporcionada pela salvação. E assim, para assegurar que todas as ovelhas se encaminhassem para a salvação o pastor deveria zelar por todas individualmente, pois existiam percalços e perigos ao longo do caminho e algumas poderiam se perder. Uma atenção individualizada devia ser a sua preocupação, e um esforço de conhecer cada uma era o meio de conduzir cada ovelha à unidade do rebanho e aos locais seguros.

Por isso, para todas as ovelhas e para cada uma em particular, o pastor deveria direcionar um cuidado especial, amoroso, benevolente. Deste modo, o pastor, que quer o bem de suas ovelhas, a tranquilidade nesse mundo e a felicidade final para além desse mundo, tem de possuir um saber sobre todas e cada uma. Um saber geral, de todo o rebanho, e um saber individualizado, frente ao confronto desse modelo geral de ovelha e rebanho com a vida prática, concreta e cotidiana de condução de todas. Esse conhecimento individual e coletivo fornece ao pastor elementos suficientes para instrumentalizar seu poder sobre o rebanho-povo. No cotidiano, o pastor percebe as características de cada ovelha:

O bom pastor era aquele que conduzia, dirigia, encontrava alimento e reconduzia o rebanho sobre a terra. O mau pastor era aquele que dilapidava o rebanho, o dispersava, que era incapaz de lhe assegurar alimento e de movimentá-lo sobre a terra (FOUCAULT, 2008, p.167).

Por meio da análise do poder pastoral, pode-se problematizar algumas práticas pedagógicas da escola que conduzem condutas constituindo sujeitos, pois é importante que as escolas tenham consciência do papel que desempenham na constituição do eu de seus alunos e estar ciente das tecnologias de poder e o do efeito que passam a seus estudantes. Sendo assim algumas questões podem ser observadas.

Assim como existe a relação pastor/ovelha no poder pastoral, na escola existe a relação professor/aluno. Em uma condução individualizada e administrativa de todos e cada um em uma sala de aula, a relação que é possível ser feita faz referência ao conhecimento individual do pastor sobre seu rebanho, para melhor conduzi-lo e administrá-lo. Assim é o professor em sala de aula, que quanto mais conhecimento tiver sobre seus alunos, suas dificuldades, sua personalidade, melhor poderá direcioná-los. Da mesma maneira o pedagogo em relação a seus professores.

Na escola, o estudante, como as ovelhas, torna-se passivo, sujeita-se esperando que o levem rumo ao conhecimento em que somente seu pastor/professor poderá conduzi-lo. Sendo a escola o caminho para a verdade também deverá esperar e cobrar que seus estudantes lhe confessem a verdade, em uma lógica de uma existência do bem e o mal, da verdade e a mentira (...). "O dever de aceitar um conjunto de obrigações, de aceitar decisões autoritárias em matéria de verdade, de não apenas acreditar em algo, mas demonstrar o credo, e de aceitar a autoridade institucional, são todas características do cristianismo" (Foucault, 2004, p.349).

Outra relação estaria na responsabilidade do pastor sobre seu rebanho quando uma ovelha desgarrada se desvia das outras. Assim é o professor em sala de aula que, ao visualizar um aluno com comportamentos e atitudes diferentes dos demais, usa de todas as alternativas para conduzi-lo novamente ao rebanho/classe e, assim, ser conduzido à racionalidade instituída na escola. Uma das primeiras atitudes a ser tomada é chamar a família para relatar os desvios do estudante que, como boa ovelha, necessita voltar ao rebanho e continuar a caminhada com seu pastor/professor, rumo ao conhecimento.

## 2.2 PODER DISCIPLINAR E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Em primeiro lugar, a disciplina é um tipo de organização do espaço. É uma técnica de distribuição dos indivíduos através da inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório. Isola em um espaço fechado, esquadrinhado, hierarquizado, capaz de desempenhar funções diferentes segundo o objetivo específico que dele se exige (...). Em segundo lugar, e mais fundamentalmente, a disciplina é um controle do tempo. Isto é, ela estabelece uma sujeição do corpo ao tempo, com o objetivo de produzir o máximo de rapidez e o máximo de eficácia (...). Em terceiro lugar, a vigilância é um de seus principais instrumentos de controle. (...). Finalmente, a disciplina implica um registro contínuo de conhecimento. Ao mesmo tempo que exerce um poder, produz um saber. O olhar que observa para controlar não é o mesmo que extrai, anota e transfere as informações para os pontos mais altos da hierarquia de poder? (FOUCAULT, 2018, p. 22).

Pode-se dizer que não se explica o poder quando se procura caracterizá-lo apenas por sua função repressiva, pois seu objetivo básico não é expulsar os homens da sua vida social, e sim gerir suas vidas, controlando-os em suas ações para que seja possível aproveitar ao máximo suas potencialidades. Foi esse tipo de poder que Foucault chamou de disciplina ou poder disciplinar. A disciplina consegue aumentar "as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade)", ao mesmo tempo em que "diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)" fabricando assim "corpos submissos e exercitados, corpos dóceis":

(...) Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as "disciplinas". Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação (...) (FOUCAULT, 2014, p.135).

O que é apresentado no livro "Vigiar e Punir" de Foucault (2014) é que a disciplina é um tipo de organização do espaço. O espaço disciplinar é moldado segundo a ideia de local, de espaço, isto é, do que Foucault chama de quadriculamento que parte do princípio da localização imediata. A disciplina procede para conhecer os indivíduos e, desta forma, dominá-los melhor, sendo uma técnica de distribuição dos indivíduos por meio da inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório e combinatório. Os resultados obtidos pela disciplina são adquiridos pelo processo de individualização dos corpos no espaço, de modo que possam ser alvos de instrumentos de poder.

A disciplina é, também, um controle do tempo, ou seja, ela estabelece uma sujeição do corpo ao tempo, com o objetivo de produzir o máximo de rapidez e de eficácia. Além do mais, os corpos devem ser administrados e controlados na medida em que se objetiva extrair o máximo de resultados no menor tempo possível.

As escolas são locais privilegiados de aplicação do poder disciplinar, dividindo os alunos por classes, impondo uma hierarquia que separa por idade e matérias. A organização celular permite um maior controle e visualização de cada um e ao mesmo tempo intensifica a quantidade e a qualidade do aproveitamento de todos. Foucault expressa bem essa ideia quando afirma que:

A organização de um espaço serial foi uma das grandes modificações técnicas do ensino elementar. Permitiu ultrapassar o sistema tradicional (um aluno que trabalha alguns minutos com o professor, enquanto fica ocioso e sem vigilância o grupo confuso dos que estão esperando). Determinando lugares individuais tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. Organizou uma nova economia do tempo de aprendizagem. Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar (...) (FOUCAULT, 2014, p.144).

Assim como os espaços escolares nas salas de aula, continuam sendo individualizados, ou seja, cada aluno a partir do primeiro ano do ensino fundamental possui sua carteira, sujeitando seu corpo a permanecer sentado nela o maior tempo possível, levantando apenas com a permissão do professor na realização de uma atividade diferenciada ou para ir ao banheiro, com lugares definidos preferencialmente pelo professor para se ter um maior controle de comportamentos e a localização imediata.

Com relação ao controle do tempo, para o maior aproveitamento possível, este também é aplicado nos moldes atuais, já que existem horários de entrada, intervalo, e saída, bem como horário determinado para cada disciplina trabalhada e para os exames aplicado.

## 2.3 A BIOPOLÍTICA E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Além de constituírem uma "anátomo-política do corpo humano", centrada no corpo considerado como máquina, eles também se realizam por uma "biopolítica da população", pela regulação das populações, por um "biopoder" que age sobre a espécie humana, sobre o corpo como espécie, com o objetivo de assegurar sua existência. Questões como as do nascimento e da mortalidade, do nível de vida e da duração da vida estão ligadas não apenas a um poder disciplinar, mas a um tipo de poder que se exerce no âmbito da espécie, da população, com o objetivo de gerir a vida do corpo social (FOUCAULT, 2018, p.29).

Dentro da analítica foucaultiana, existe outro desdobramento do poder situado por volta da segunda metade do século XVIII. Nesse período as técnicas disciplinares passam por um processo de integração com outras técnicas que começam a ganhar força. Ao mesmo tempo em que ocorriam as práticas próprias do poder disciplinar, também era gestada uma nova conformação do poder que expande sua atenção sobre o conjunto da população, denominada por Foucault de "biopolítica".

O poder disciplinar proporcionava o conhecimento de sujeitos individualizados, o que não era mais suficiente para que as ações políticas pudessem ser resolvidas como: a escassez de alimentos devido à baixa produção de cereais ou o aumento exponencial da população, a propagação de doenças por meio do deslocamento de pessoas infectadas ou devido à insalubridade das cidades, etc. A disciplinarização e a normalização passaram, nesse período, a serem tarefas associadas à figura do Estado, sendo exercidas sob título de política estatal que planejava a administração da vida e do corpo da população.

Na aula de 17 de março de 1976, intitulada "Em defesa da sociedade", Foucault apresentou a biopolítica como uma espécie de complemento ao poder disciplinar que surgiu durante a segunda metade do século XVIII. O seu caráter complementar significa, por um lado, o ajuste de alguns pontos nos quais o poder disciplinar não poderia agir sozinho, e por outro lado, que a biopolítica opera uma adaptação das técnicas próprias das disciplinas, tendo em vista suas próprias finalidades.

Sendo assim, não se opera uma efetiva substituição do poder disciplinar pela biopolítica, muito menos a exclusão daquele como ineficiente. Cada um dentro de seu nível de ação: o poder disciplinar agindo no nível micro do controle anatômico dos corpos e das vidas individualizadas, enquanto a política que age sobre o biológico e seu correspondente poder passa a atuar sobre o nível macro dos assuntos

concernentes à vida da população. A biopolítica surge como uma tecnologia de poder, a saber:

Segundo Foucault, na aula 17 de março em *Em defesa da sociedade, a biopolítica* define-se por sua direção ao homem ser vivo, homem espécie. Essa espécie, esses homens, convivendo diariamente em espaços compartilhados e simultâneos, enfrentam processos que são intrínsecos à própria vida. A biopolítica surge como preocupação do nascimento, da morte, da doença, da higiene, da população. Ela terá como objeto um conjunto de indivíduos que é integralmente afetado pelos mesmos acontecimentos (GESUELI & PASSOS, 2020, p. 60).

Diante desse quadro, a partir do século XIX já não importava apenas disciplinar as condutas individuais, mas sobretudo, implantar um gerenciamento planejado da vida das populações. Então, o que se produzia por meio da atuação específica da biopolítica não era apenas o indivíduo dócil e útil, mas era a própria gestão da vida do corpo social.

Nos tempos atuais a biopolítica pode ser visualizada mais do que nunca, pensando na atual pandemia gerada pela COVID-19. Os governos instituíram diversas formas de monitoramento geográfico e populacional através de levantamentos estatísticos sobre o corpo social, e impondo decretos de isolamento social, com fechamento de comércio e, inclusive, de escolas sendo aqui o foco principal de análise de como a biopolítica de controle social atingiu a escola, fazendo com que ela começasse a atuar de maneira até então nunca vista, com atividades a distância.

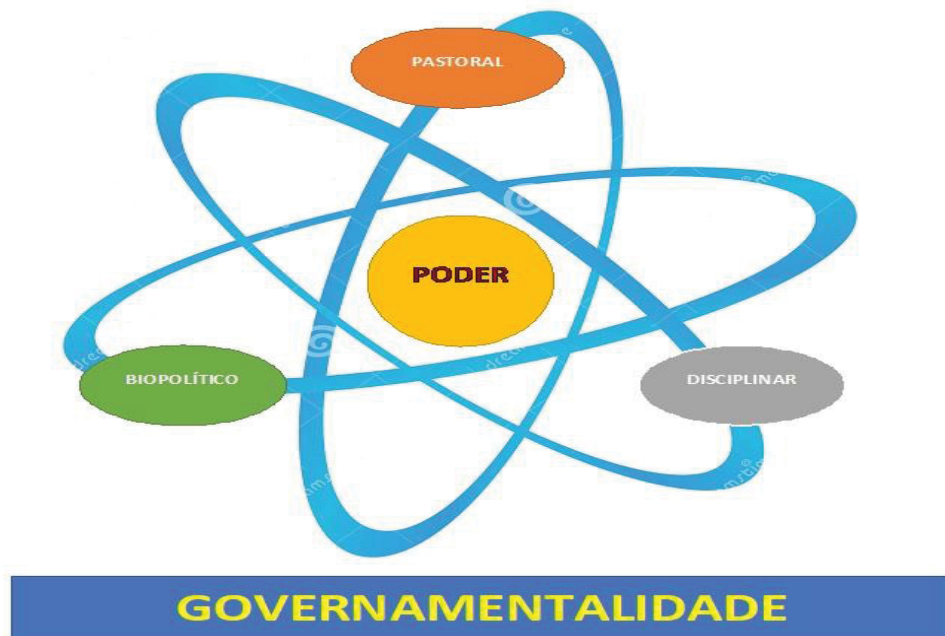
Porém, pensando em esferas micro onde já existia esse tipo de poder e onde irá continuar a existindo, é possível exemplificar todo controle que a escola exerce sobre as matrículas escolares, índices de reprovação, evasão, distorção idade e série, e faltas recorrentes, bem como as estratégias que a escola propõe para reduzir esses índices. É possível citar até mesmo este momento de pandemia, no qual as escolas continuam usando a biopolítica de diversas formas para a realização das aulas e atividades a distância, e seu total controle sobre a o acompanhamento por meio das devolutivas das atividades realizadas. Segundo estudos de Gesueli e Passos sobre a pandemia e biopolítica:

Com o problema da pandemia imposto a nós, e também com a repercussão que ela causou no conceito de *biopolítica*, o campo acadêmico presenciou inúmeros pensadores e cientistas que formularam perspectivas, hipóteses e possibilidades em relação aos sintomas da pandemia e suas consequências na organização social, econômica, política e cultural de nosso mundo. De forma geral, vivemos uma situação de formulação e aplicação de novas

dinâmicas de trabalho, produção, consumo e, principalmente, das relações sociais entre os indivíduos (GESUELI & PASSOS, 2020, p.56).

A figura a seguir representa a interação entre os poderes pastoral, disciplinar e a biopolítico, tendo como pano de fundo a Governamentalidade, uma vez que esta significa dentre outras coisas, o estudo desses poderes e suas tecnologias. Mesmo sendo conceitos desenvolvidos em diferentes momentos contextuais com figurações diferentes, o surgimento de um não significa o desaparecimento de outro. Esses continuam interagindo e se interligando.

FIGURA 1 - OS PODERES SE INTERLIGAM



FONTE: Sbardelotto, M. 2021.



### 3 CONCEITUANDO A GOVERNAMENTALIDADE

Michel Foucault cunhou conceito Governamentalidade, que deriva da palavra francesa *gouvernementalité*, para analisar genealogicamente como ocorreram os processos históricos que transformaram a questão política da soberania real em governo estatal na modernidade, ou seja a história que traça as tecnologias de poder e da racionalidade governamental nas sociedades ocidentais nos quatro últimos séculos. Desenvolveu-se como uma razão do Estado, não tendo como princípio mais o fortalecimento do Monarca, mas o fortalecimento do Estado. Entendia a arte de governar como uma ciência de governo, um conhecimento sobre as forças do Estado, suas capacidades e os meios de desenvolvê-las.

Entre os séculos XVI e XVIII, construiu-se uma nova lógica de racionalidade governamental e uma nova prática política, que não tem mais a defesa e a manutenção de um território como mais importante, e sim, o governo dos homens enquanto conjunto populacional. Entende-se o Estado muito mais em termos de sua população do que seu território. É a partir dessas constatações que Foucault propõe o conceito de governamentalidade, que aponta para uma razão ou tática de governo, fazendo da população o seu principal objeto.

Certamente, na Idade média ou na Antiguidade greco-romana, sempre existiram tratados que se apresentavam como conselhos ao príncipe quanto ao modo de se comportar, de exercer o poder, de ser aceito e respeitado pelos súditos; conselhos para amar e obedecer a Deus, introduzir na cidade dos homens a lei de Deus etc. Mas, a partir do século XVI até o final do século XVIII, vê-se desenvolver uma série considerável de tratados que se apresentam não mais como conselhos aos príncipes, nem ainda como ciência da política, mas como a arte de governar ( Foucault, 2018, p.407).

A partir de uma vasta literatura sobre governo, Foucault estabelece pontos importantes que definem o que se entende por governo de Estado, e governo em sua forma política. Com esse objetivo analisa a literatura de *O Príncipe*, de Maquiavel, por ser o único texto que se constitui como um ponto de repulsão em relação à literatura do governo do século XVI ao século XVIII. O que interessa para o autor, ao analisar essa literatura que se delimita anti-maquiavel não é o seu aspecto negativo, mas a sua positividade na substituição da habilidade do príncipe em conservar seu principado por uma arte de governar.

Caracterizando essa arte de governar, Foucault examina um dos primeiros textos da literatura anti-Maquiavel de Guilherme de La Perrière, observando que existem muitos governos, sendo que o príncipe governando seu Estado seria apenas mais uma forma de governar. Em análise ao texto de La Perrière, Foucault (2018, p. 411) aponta que "(...) tratando da arte de governar, lembram continuamente que também diz governar uma casa, almas, crianças, uma província, um convento, uma ordem religiosa, uma família", demonstrando do ponto de vista político que as artes de governar são múltiplas "(..) à medida que muita gente pode governar: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo" (FOUCAULT, 2018, p. 411).

Desta forma, as teorias sobre a arte de governar estabelecem uma continuidade, ou seja, para se governar o Estado, deve-se primeiro saber se governar, assim como governar sua família, da mesma forma quando o Estado é bem governado os pais de família sabem como governar suas famílias, assim como seus bens e patrimônio, fazendo com que todos se comportem como o esperado (FOUCAULT, 2018).

Portanto, com o desenvolvimento da ciência, o governo pode isolar os problemas específicos da população por meio de estatísticas como número de mortos e de doentes, permitindo quantificar os fenômenos próprios da população, o e suas especificidades são irredutíveis ao pequeno quadro familiar. Permite eliminar o modelo da família e centralizar a noção de economia em outra coisa. "(...) de modelo, a família vai tornar-se instrumento, e instrumento privilegiado, para o governo da população e não modelo quimérico para o bom governo (...)" (FOUCAULT, 2018, p. 425).

A população aparecerá mais como um fim e instrumento de governo para aumentar suas riquezas e duração de vida, utilizando como instrumento de governo campanhas para população "(...) técnicas que vão agir indiretamente sobre ela e que permitirão aumentar, sem que as pessoas se deem conta, a taxa de natalidade ou para uma determinada atividade os fluxos da população etc.(...)" (FOUCAULT, 2018, p. 425).

(...) em suma, a passagem de uma arte de governo para uma ciência política, de um regime dominado pela estrutura da soberania para um regime dominado pelas técnicas de governo, ocorre no século XVIII em torno da população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política" (FOUCAULT, 2018, p. 426).

Desta forma Foucault (2018) quer demonstrar movimento que faz aparecer a população como um campo de intervenção, a economia como setor específico da realidade e a economia política como ciência e técnica de intervenção do governo na realidade. Ao compreender que a governamentalidade é um conceito que busca explicar o processo que possibilitou o surgimento do Estado de governo, Foucault busca analisar primeiro como a Sociedade chegou a noção de governo dos homens e as transformações que esse conceito sofreu no decorrer da história. Foucault propõe três formas para sua compreensão do que chamou de governamentalidade:

a) o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. b) a tendência que todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros - soberania, disciplina, e que induziu, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo, (e por outro) o desenvolvimento de toda uma série de saberes. c) o resultado do processo ou melhor, o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado (FOUCAULT, 2018, p.429).

Por fim, governamentalidade é um conceito gerado para explicar o processo que possibilitou o surgimento do Estado de governo com suas diversas práticas governamentais, bem como é um conceito que denomina o regime de poder e as características de sua tecnologia, que, apesar de estar interligado às técnicas de governo subjacentes à formação do Estado Moderno, refere-se também à maneira como foram conduzidas a conduta dos homens (OLIVEIRA, 2019).

### 3.1 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A GOVERNAMENTALIDADE

Esta seção discorre o tema Governamentalidade desenvolvido por Michel Foucault, e sua relação com as práticas pedagógicas. O conceito de Michel Foucault sobre governamentalidade, tem na prática do governo da população seu principal objetivo, quando apresenta maneiras de governar os outros e de se autogovernar. Neste sentido, busca-se refletir o conceito de governamentalidade e como as práticas pedagógicas encontram-se vinculadas as práticas de governo de si mesmo, governando o sujeito de uma forma bastante peculiar, podendo tornar a educação uma estratégia fundamental na constituição e governo ético e político da população.

A escolha pelo uso de algumas ferramentas conceituais de Foucault se dá pela pretensão em pensar a educação moderna de outros modos, em como construir novas formas de relacionamento consigo e com os outros, outras maneiras de fazer educação. Problematiza o que é colocado como a forma correta de pensar, dizer e fazer a educação na escola, chegando a causar até mesmo um possível estranhamento ao leitor pelo pensamento que hoje é predominante no campo da educação e desafiando os discursos da pedagogia moderna, um discurso que coloca a responsabilidade de todas as mazelas da sociedade na escola.

O conceito de governamentalidade é utilizado neste trabalho para desenvolver a discussão do uso das práticas pedagógicas como estratégia de governo, pensando na articulação das práticas pedagógicas com os dispositivos de governo da população. Estratégias que, por meio de dispositivos escolares, são ferramentas que conduzem ao “governar menos para governar mais” ou táticas para induzir o sujeito a agir como esperado.

É importante o entendimento em como as práticas pedagógicas são conduzidas pela governamentalidade, como os sujeitos vão constituindo suas subjetividades no espaço escolar por meio dessas ações e como essas por sua vez são produzidas, pela influência das Políticas Públicas e o discurso da Inclusão como será aqui abordado.

A contribuição do tema está em explorar as possibilidades que a perspectiva foucaultiana oferece para análise e interpretação da escola de hoje, exemplificando a centralidade das práticas pedagógicas nas formas de governar a vida das pessoas na

contemporaneidade. A partir do pensamento de Foucault, pode-se visualizar a quão arbitrário é o campo da educação na instituição de suas verdades. Pensar de outro modo como sugere Lopes e Veiga-Neto (2010, p. 09), "é sempre uma viagem para fora, cujo roteiro dificilmente já se conhece e cujo destino de chegada quase nunca existe."

Entende-se que será somente a partir do conhecimento de todo esse processo, em como a governamentalidade conduz a vida dos sujeitos por meio das práticas pedagógicas, ou melhor, é entendendo o que está se fazendo e como está se fazendo que os agentes desse processo terão a possibilidade de pensar e de conduzir o processo educativo. É problematizando a realidade, para simultaneamente apreender pontos de mudança possíveis ou desejáveis.

Uma questão que me parece da maior relevância é conhecermos os modos pelos quais nós somos governados e nos governamos, bem como os limites em que se dão as ações de governo – ou, como prefiro dizer, se dão tais governamentos. Ainda que não seja condição suficiente, saber como nos governam, como nos governamos e como governamos os outros é condição necessária para qualquer ação política que pretenda colocar minimamente sob suspeita aquilo que estão fazendo de nós, aquilo que nós estamos fazendo de nós mesmos e aquilo que fazemos com os outros. Justamente num mundo em constantes transformações, tudo isso se torna mais difícil e perturbador (VEIGA-NETO 2013, p. 21-22).

Na sociedade contemporânea, uma das instituições de controle e disciplinamento que mais se faz presente é a instituição escolar, e é por meio das práticas pedagógicas que esse disciplinamento e controle acontecem. Os saberes, as verdades produzidas por meio das práticas pedagógicas contribuem significativamente para a constituição do sujeito contemporâneo. Por meio da subjetivação, a escola busca o controle e o autocontrole dos indivíduos para que sejam sujeitos de si mesmos, uma educação para o sujeito ser e vir a ser produtivo nessa sociedade, é o que Foucault chama de Governamentalidade. Sendo os agentes dessa tarefa os professores, a equipe pedagógica e a direção escolar.

(...) ao mesmo tempo que totaliza, a escola individualiza; isso é, se por um lado a escola constitui individualidades singulares, criando subjetividades que se pensam únicas e indivisíveis, ela também cria posições de sujeito subordinadas a um todo social, fora das quais (posições) cada sujeito nem mesmo faz sentido. E porque não faz sentido, cada indivíduo nem mesmo poderia ser pensado ou pensar em si mesmo como um sujeito (*sujeito de e assujeitado a*) (VEIGA-NETO & TRAVERSINI, 2009, p.16-17).

Em diversas pesquisas sobre educação, a governamentalidade apresenta-se por meio de práticas que são conduzidas pela constituição de Políticas Públicas com exames nacionais como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), ENEN (Exame Nacional do Ensino Médio) ou programas nacionais de formação continuada como PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), e também pelo discurso da Inclusão presente em todos os seguimentos da sociedade e principalmente na escola conduzindo suas práticas pedagógicas que por sua vez conduzem ao governar menos para governar mais ou táticas para induzir o sujeito a agir como esperado.

Nas palavras de Foucault (2001a, p. 1604): a governamentalidade se constitui no "encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si". Aquilo que Foucault chamou de "artes de governar" incluem o governo de si mesmo – a ética, para o filósofo – e o governo dos outros – os modos políticos da governamentalidade e, como expliquei acima, o cruzamento entre ambos (Veiga-Neto 2013, p. 23).

É a partir desde processo de construção subjetiva presentes nas práticas sociais que se efetiva a governamentalidade, que tem como função, neste caso, isentar o estado de suas responsabilidades, fazendo com que todos os envolvidos no processo se responsabilizem pela inclusão.

A subjetivação na concepção de Foucault não se refere a constituição de um sujeito como ator de um processo, um sujeito da ação e sim a um sujeito que submeter-se a determinados processos. Dentro desse entendimento, uma vez que o sujeito começa a frequentar a escola, ele está sujeito a aceitar determinados processos, que é onde ocorre o processo de subjetivação, permitindo transformar a ideia que o sujeito tem de si e do outro. Segundo Veiga–Neto:

(...). Tal entendimento não denega o papel que muitos atribuíram e continuam atribuindo à escola: ensinar "conteúdos" e ideologias; mas a ênfase desse papel no sentido da subjetivação, aqui entendida como uma ação de subjetivar, de transformar os indivíduos em sujeitos. No que mais nos interessa aqui: no sentido de instituir, fabricar, subjetividades afinadas com – e, por isso, a serviço das racionalidades liberais e neoliberais (VEIGA-NETO, 2013, p. 25).

É pela constituição de subjetividades que são produzidas maneiras de ser, pensar e agir, ou seja, conduzir condutas, e neste caso pensar e agir com a inclusão. Essa condução de condutas produzida por meio da constituição de subjetividades faz

com que as diferenças sejam normalizadas a ponto de não atender aos sujeitos que mais necessitam de auxílio, da mesma forma em que tira do Estado essa responsabilidade transferindo para população.

Como exemplo a ser citado, uma escola de ensino regular ao receber um estudante com um déficit cognitivo que precisa entendê-lo como todos os outros, sem ter condição diferenciada, direito à um professor especializado e outros atendimentos necessários, isso somente acontece porque já está instituído em toda sociedade modos de se pensar a inclusão (subjativação) e o trabalho com a deficiência, normalizando todas as diferenças. Dessa forma é que a constituição de subjetividades está relacionada ao conceito de governamentalidade, o professor e a escola responsabilizam-se sozinhos para garantir a efetivação da aprendizagem desse estudante, isentando o Estado de qualquer responsabilidade, caso isso não aconteça.

Com relação as Políticas Públicas, o Estado gerencia e monitora por meio de exames e programas como IDEB, PNAIC, entre outros, todo o processo educativo, responsabilizando professores e escola pelos resultados atingidos. Exemplificando melhor ao aplicar um programa nacional como o PNAIC, o Estado estabeleceu padrões de processos de alfabetização, para estudantes de até 8 anos de idade. Por meio de cursos ofertados, os professores passaram a ser cobrados e responsabilizados totalmente pela alfabetização ou não dos estudantes. Garantiu, novamente, a isenção do Estado sobre essa responsabilidade, ou seja, todas as dificuldades da escola nesta visão podem ser resolvidas pela formação continuada oferecida aos professores.

É possível perceber que a governamentalidade é exercida por diversas práticas pedagógicas na escola, e é principalmente pela constituição de subjetividades, normalizações e responsabilidades, que a inclusão se estabelece, bem como é mediante a responsabilização, subjativação, inclusão que as Políticas Públicas são efetivadas no espaço escolar.

## 4 DISPOSITIVOS COMO PRÁTICAS

Para Foucault, o dispositivo tem uma natureza essencialmente estratégica. Isso não significa que se utiliza somente da sua racionalidade para a manipulação das relações de força em determinada direção, mas que está sempre inscrito em um jogo de poder ligado às configurações de saber que dele nascem, e que igualmente o condicionam "é isto o dispositivo: estratégias de relação de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles" (Foucault, 2018, p. 367). Assim, Foucault define o conceito de dispositivo:

Por esse termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre esses elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação dessa prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante (...) (Foucault, 2018, p.364-365).

Desta forma compreende-se que cada momento histórico dentro de suas figurações e relações de poder possuem seus dispositivos como estratégias dominantes. Portanto, na sequência, serão abordados os dispositivos nas relações de poder pastoral, disciplinar, biopolítico e na governamentalidade, com intuito de proporcionar diferentes perspectivas para o conceito em questão.

Segundo Foucault (2008), foi com o surgimento do cristianismo e de todas as instituições que o reforçam que o pastorado ganhou maior relevância no Ocidente o que fizeram dele o principal difusor, senão o verdadeiro formulador deste como modelo e matriz de procedimentos de governo dos homens. Foi nesse momento de institucionalização da religião cristã, nos moldes de uma Igreja que teve início a estruturação de um dispositivo de poder impar na história humana. Dispositivo este que não cessou de buscar o desenvolvimento e a perfeição desde o século II/III d. C. até o século XVIII.



Durante todos estes quinze séculos, o poder pastoral foi deslocado, transformado e integrado à outros dispositivos e instrumentos de poder, teve momentos de maior incidência e outros em que sofreu atenuação de sua força, mas nunca chegou a ser totalmente abolido. O pastor era o líder/governante que estabelecia uma espécie de contrato de representação com a divindade, que lhe dava o direito de ser o representante direto das vontades do deus-pastor entre os homens.

A explosão demográfica do século XVIII e o crescimento do aparelho de produção fazem avançar mecanismos de poder que permitem utilizar métodos que atuam sobre o corpo, não mais apenas para suplicá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo. Ele é colocado em um espaço individualizado que permite o controle sobre seus gestos, comportamentos e atitudes, para obter o máximo de rapidez na execução de suas tarefas, cuja a economia é alcançada na eficácia dos seus movimentos. A disciplina é capaz de desempenhar diferentes técnicas de sujeição segundo os objetivos propostos para utilização deste corpo. É um poder que trabalha o corpo dos homens, produz seu comportamento, fabricando um tipo de homem necessário a manutenção da sociedade.

(...) todo dispositivo implica, com efeito, um processo de subjetivação, sem o qual o dispositivo não pode funcionar como dispositivo de governo, mas se reduz a um mero exercício de violência. Foucault assim mostrou como, em uma sociedade disciplinar, os dispositivos visam através de uma série de práticas e de discursos, de saberes e de exercícios, a criação de corpos dóceis, mas livres, que assumem a sua identidade e a sua "liberdade" enquanto sujeitos no processo mesmo do seu assujeitamento. (...) o exemplo da confissão é aqui iluminante: a formação da subjetividade ocidental, ao mesmo tempo dividida e, no entanto, dona e segura de si, é inseparável da ação plurissecular (AGAMBEN, 2005, p.15).

Para Foucault, o exercício da disciplina supõe um dispositivo que, pela constância do jogo do olhar, provoque a inibição das más ações e obrigue a prática das atividades determinadas. Por isso, se fez necessário a criação de um aparelho no qual as técnicas que permitem ver sejam capazes de intensificar os efeitos da ação do poder. O aparelho disciplinar perfeito e mais eficiente seria aquele que permitisse ver, permanentemente e em uma única olhada, todos os gestos, todas as atitudes, todos os comportamentos ameaçadores sem que aqueles que fossem vigiados possam vislumbrar aquele que os vigia.

O "aparelho disciplinar" mencionado acima é exemplificado por Foucault pelo modelo de uma estrutura arquitetônica idealizada pelo filósofo e jurista inglês Jeremy

Bentham (1748 – 1832). Bentham concebe a ideia do "panóptico", arquétipo de todas as construções que possibilitassem a máxima vigilância e a reabilitação do maior número dos indivíduos.

Na concepção de Foucault, o "panóptico" é o dispositivo que melhor caracteriza o poder disciplinar posto ser ele pensado como um sistema arquitetural constituído de uma torre central e um anel periférico que permite a quem se posiciona no centro visualizar tudo e a todos sem que seja visto. Por meio desse dispositivo, procurou-se capacitar o poder punitivo de um instrumento econômico e eficaz, que pudesse ser aplicado em todo o corpo social, ao mesmo tempo em que codificasse todos os comportamentos e reduzisse ao máximo todas as ilegalidades.

Toda a organização escolar, ainda hoje, utiliza o dispositivo de vigilância nos moldes do "panóptico" - acima citado, no qual o professor, em sua posição à frente dos alunos, tem a visão geral de todos e pode controlar seus gestos e comportamentos pelo olhar. Mesmo que a disposição das carteiras seja em fileiras, agrupamentos ou em círculos, o professor continua à frente tendo a vigilância e controle sobre todos os estudantes, e de acordo com o objeto de estudo desta dissertação sobre os registros para as validações das atividades, que também se configura como dispositivo de vigilância.

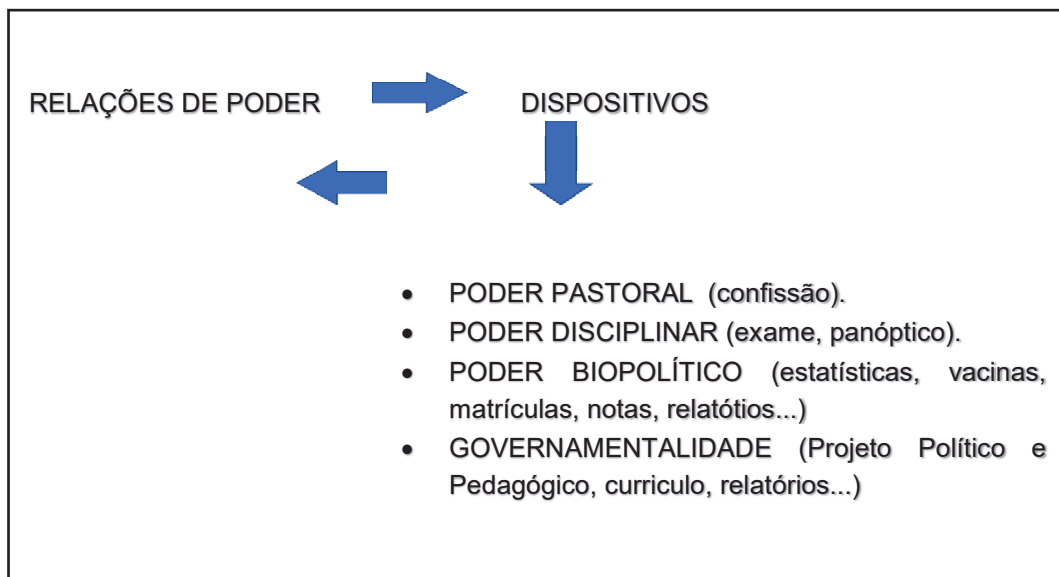
O nascimento da biopolítica como novo cálculo das práticas racionalizadas de governo no século XVIII não significou a imediata eliminação da soberania. Para Foucault, não seria correto afirmar que ocorre, em uma ordem temporal, a substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade disciplinar, que teve na sequência sua substituição por uma sociedade de governo.

Trata-se, antes de mais nada, da formação de uma articulada triangulação entre soberania, disciplina e gestão governamental. Os mecanismos e procedimentos usados pelo poder soberano e pelo poder disciplinar continuam tendo sua importância. No entanto, estes conhecimentos já não eram suficientes para administrar o complexo conjunto de indivíduos tomados sob a forma de uma espécie, de uma população. Assim, começam a trabalhar em conjunto todos os dispositivos e procedimentos racionalizados de uma gestão política da vida, seja no âmbito micro ou macro, como: os dispositivos disciplinares, os dispositivos de segurança, os exames, a aplicação de normas, o cálculo estatístico de todos os aspectos concernentes à população como a natalidade, mortalidade, doenças, alimentação entre outros. Segundo Agamben:

Generalizando posteriormente a já amplíssima classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc, cuja conexão com o poder é em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – porque não a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiam – teve a inconsciência de se deixar capturar (AGAMBEN, 2005, p.13).

A figura abaixo demonstra a ligação de mão dupla dos dispositivos com as relações de poder. Uma vez que os mesmos são determinados pelas relações de poder também são o que dá sustentabilidade a elas. A flecha abaixo dos dispositivos traz exemplos de dispositivos e seus poderes.

FIGURA 2 – RELAÇÕES DE PODER COMO VIA DE MÃO DUPLA COM OS DISPOSITIVOS



FONTE: Sbardelotto, M. (2021)

#### 4.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: RELATÓRIOS ESCOLARES COMO DISPOSITIVO PEDAGÓGICO.

O que se entende como práticas pedagógicas está estritamente relacionado com a concepção de escola e ser humano. Ao compreender a escola como um local mágico ou mítica que busca um o ideal de ser humano, assim será o entendimento de

suas práticas pedagógicas como espaço de desenvolvimento ou de mediação para um ideal de ser humano e realização humana, segundo Larrosa:

(...) trata-se sempre de produzir, capturar e mediar pedagogicamente alguma modalidade da relação da pessoa consigo mesma, com o objetivo explícito de sua transformação. Algumas práticas pedagógicas então, incluem técnicas encaminhadas a estabelecer algum tipo de relação do sujeito consigo mesmo, a fazer determinadas coisas com essa relação e, eventualmente, a transformá-la. Para dizer de uma maneira próxima ao vocabulário foucaultiano, trata-se de produzir e mediar certas "formas de subjetivação" nas quais a pessoa se estabeleceria e se modificaria a "experiência" que a pessoa tem de si mesma (...) (LARROSA, 1994, p.52).

As práticas pedagógicas consideradas nesta produção são práticas que produzem e transformam a experiência que as pessoas têm de si mesma, a experiência de si. Segundo Larrosa (1994, p,37): "a única condição é que sejam práticas pedagógicas, nas quais o importante não é que se aprenda algo "exterior", um corpo de conhecimentos, mas que se elabore alguma forma de relação reflexiva do "educando" consigo mesmo". Ser humano significa de acordo com Larrosa (1994, p.38):

"ser uma "pessoa", um "sujeito" ou um "eu". Como se a possibilidade de algum tipo de relação reflexiva da pessoa consigo mesma, o poder ter uma certa consciência de si e o poder fazer certas coisas consigo mesma, definisse nada mais e nada menos que o ser humano do humano".

Desta forma o intuito é problematizar as práticas pedagógicas que constroem a experiência que a pessoa tem de si, "trata-se, pois, de mostrar a lógica geral dos dispositivos pedagógicos que constroem e medeiam a relação do sujeito consigo mesmo, como se fosse uma gramática suscetível de múltiplas realizações" (Larrosa, 1994, p. 37):

(...) tornar as práticas concretas como domínio privilegiado de análise. Não considerar as práticas como espaço de possibilidades, entorno organizado ou oportunidades favoráveis para o desenvolvimento da autoconsciência, da autonomia ou da autodeterminação, mas como mecanismos de produção da experiência de si. Como dispositivos, em suma, nos quais se constitui uma vinculação entre certos domínios de atenção (que desenhariam o que é real de uma pessoa para si mesma) e certas modalidades de problematização (que estabeleceriam o modo como se estabelece a posição da pessoa consigo mesma). Em suma prestar atenção nas práticas pedagógicas nas quais se estabelecem se regulam e se modificam as relações do sujeito consigo mesmo e nas quais se constitui a experiência de si (LARROSA, 1994, p. 45).

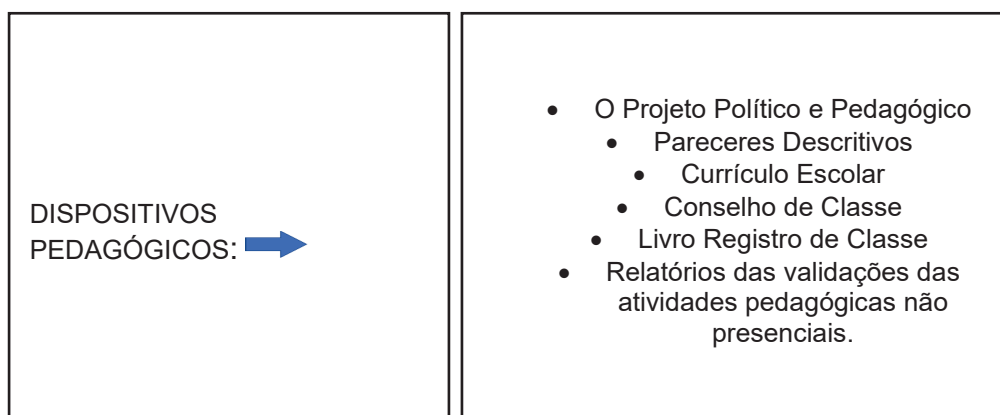
A organização do Trabalho Pedagógico da escola envolve práticas que perpassam os diferentes movimentos do cotidiano escolar. Em uma tentativa meramente didática, divide-se essas práticas como: Práticas da Gestão escolar e Práticas pedagógicas.

Todas essas práticas utilizam dispositivos. Em relação as Práticas da Gestão Escolar estão dispositivos como: Regimento Escolar, o Conselho Escolar, as Reuniões Administrativas, a APM (Associação de Pais e Mestres), entre outros. Assim como nas Práticas Pedagógicas: O Projeto Político e Pedagógico, os Pareceres Descritivos, Pareceres para Alunos de Inclusão, Relatórios individuais, o Currículo Escolar, o Conselho de Classe, o Livro Registro de Classe, Programas e Projetos desenvolvidos pela escola, a seleção e utilização dos Livros Didáticos entre tantos outros dispositivos que fazem parte da Organização do Trabalho Pedagógico.

Ao problematizar o registro dos Relatórios das validações das atividades pedagógicas não presenciais como dispositivo pedagógico, o intuito é nesses registros interpretá-los e como estão sendo reguladas as relações do sujeito consigo mesmo e com os outros, a maneira e como esse dispositivo está influenciando condutas, constituindo e transformando a experiência que o sujeito tem de si. Como cita Larrosa (1994, p.58), "Um dispositivo pedagógico será, então, qualquer lugar no qual se constitui e/ou se transforma a experiência de si. Qualquer lugar no qual se aprendem ou se modificam as relações que o sujeito estabelece consigo mesmo".

A figura 03 cita exemplos dos dispositivos pedagógicos;

FIGURA 3 – DISPOSITIVOS PEDAGÓGICOS



FONTE: Sbardelotto, M. (2021).

## 4.2 ATRIBUIÇÕES DO CARGO DO PEDAGOGO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – ENSINO FUNDAMENTAL DE 1º AO 5º ANO.

Segundo a Lei complementar nº 02 de 25 de março de 2004 que dispõe do plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores do Poder Executivo Municipal, no anexo I - Atribuições de cargos efetivos e funções gratificadas – Pág. 23 de 31 – Grupo ocupacional Magistério - as atribuições do cargo de pedagogo no Município de São José dos Pinhais são:

Exercício do cargo nas Unidades de Ensino:

Assegurar o cumprimento do Regimento Escolar de acordo com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação; Acompanhar e apoiar a prática pedagógica desenvolvida na escola, assessorando o professor em seu planejamento, pesquisando e sugerindo atividades diversificadas de acordo com a Proposta Pedagógica e o Currículo Municipal; Coordenar reuniões pedagógicas juntamente com a Direção e Direção Auxiliar e Profissionais da Unidade de Ensino; Acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, organizando a recuperação de estudos sempre que necessário, e/ou atendimentos individualizados com procedimentos metodológicos adequados, em conjunto com o professor; Participar das reuniões e atividades propostas e desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e outros; Encaminhar os alunos para serviços especializados e para outros programas quando necessário; Participar da coordenação, elaboração, acompanhamento e execução da Proposta Pedagógica/Regimento Escolar, Plano de Ação e Plano Anual de Metas; Manter bom relacionamento com diretor, profissionais da Unidade de Ensino, alunos e comunidade; Proporcionar encontros com pais sobre diversos temas; Manter canal de informação sobre os resultados e necessidades de cada turma com o Diretor e Diretor Auxiliar; Verificar se o profissional realiza os registros escolares corretamente e os mantém atualizados; Acompanhar a prática pedagógica do professor e o processo de avaliação das diferentes áreas do conhecimento; Acompanhar e analisar os resultados atingidos pelas turmas em relação a notas e frequência de alunos; Participar das reuniões do Conselho Escolar e APM/APPS, bem como da prestação de contas dos mesmos referente aos recursos da Unidade de Ensino; Participar da entrega dos boletins dos alunos. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 127/2018).

A rede municipal de ensino de São José dos Pinhais foi constituída a partir do início dos anos de 1970 e o primeiro concurso para pedagogo, na época supervisor e/ou orientador educacional, foi realizado no ano de 1979, sendo efetivados dez pedagogos. Em 2021, a Rede Municipal de Ensino é composta por 58 escolas de

ensino fundamental (anos iniciais) e 83 pedagogos, sendo a maior parte destes profissionais com carga horária de 40 horas semanais<sup>7</sup>.

O presente texto tem como aporte teórico a construção de um Protocolo de trabalho dos Pedagogos na rede Municipal de Ensino de São José dos Pinhais a respeito das funções deste profissional. O documento citado não se caracteriza como uma Lei, no entanto, tem sua legitimidade respaldada nos documentos oficiais anteriormente citados e que ratificam a função do pedagogo no Município. Enquanto Protocolo de trabalho, este documento se caracteriza como um norteador para a unidade da prática do pedagogo na rede de São José dos Pinhais, em prol dos objetivos da educação ofertada neste município.

A organização do trabalho pedagógico da escola envolve ações que perpassam os diferentes movimentos do dia a dia escolar. Em uma tentativa, meramente didática, de organizar a apresentação das ações do pedagogo, estas foram estruturadas por eixos de trabalho. No entanto, é importante ressaltar que nem os eixos e nem as ações aqui indicadas podem ser interpretadas como fechadas e inflexíveis na sua execução.

As ações aqui apresentadas pretendem caracterizar o trabalho do Pedagogo, de forma a possibilitar a unidade deste trabalho na Rede. No entanto, é a realidade de cada escola que determinará as prioridades, as condições e a intensidade das ações a serem desenvolvidas na dinâmica escolar.

Esta análise resultou na escolha e organização de ações de ações voltadas para os seguintes aspectos de: gestão escolar, pedagógico, formação continuada e processo de ensino aprendizagem. Para cada um destes aspectos, foram elencadas uma relação de estratégias de trabalho que podem e devem ser desenvolvidas no dia a dia da escola.

Os eixos de ações foram assim definidos:

- ✓ Ações na gestão escolar;
- ✓ Ações pedagógicas;
- ✓ Ações de formação continuada;
- ✓ Ações para o processo de ensino e aprendizagem.

---

<sup>7</sup> Carga horária definida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei nº 525/2004.

Nas ações na gestão escolar estão as práticas de: Participar da coordenação e elaboração coletiva do PPP, bem como seu acompanhamento e execução; acompanhar a elaboração e execução do regimento escolar e plano anual de metas; elaborar e coordenar reuniões pedagógicas, juntamente com a direção, direção auxiliar e profissionais da unidade de ensino; participar das reuniões do Conselho escolar, APM e acompanhar a gestão de recurso financeiro da unidade de ensino; participar do Conselho escolar, subsidiando as reflexões e decisões sobre o trabalho pedagógico escolar teórica e metodologicamente; participar do planejamento para integração de alunos, pais ou responsáveis, docentes e funcionários, na proposta de trabalho da unidade de ensino, facilitando e valorizando as relações interpessoais; propor estratégias para avaliação institucional, juntamente com direção, direção auxiliar e conselho escolar; participar da organização e do cumprimento do calendário escolar; elaborar estratégias que possibilitem participação comunidade/escola, fortalecendo a gestão democrática principalmente através do Conselho escolar; organizar a distribuição das turmas com os professores, direção e direção auxiliar; participar da organização da entrega de boletins e pareceres; incentivar e propiciar a participação dos alunos nos diversos momentos e órgãos colegiados da escola; orientar para o cumprimento dos preceitos constitucionais, a legislação educacional em vigor e o Estatuto da criança e do Adolescente, como fundamentos da prática educativa.

As Ações Pedagógicas constituem-se em: organizar a hora permanência (hora-atividade) e aulas especiais, em conjunto com a direção; reorganizar, juntamente com a direção, eventuais mudanças em horários de permanência (hora atividade), aulas especiais, e repassar aos docentes; acompanhar e verificar o preenchimento do Livro Registro de Classe, em relação ao preenchimento dos registros pertinentes às atividades pedagógicas; orientar o preenchimento de pareceres descritivos, pareceres dos alunos de inclusão, relatórios individuais para transferência e as fichas de encaminhamento pertinentes às atividades pedagógicas.

Acompanhar, juntamente com a direção e professores, a frequência dos alunos; assessorar e acompanhar o planejamento curricular dos professores quanto à seleção de conteúdos e transposição didática em consonância com os objetivos expressos no PPP, propondo a discussão de estratégias e metodologias diferenciadas; acompanhar a prática pedagógica do professor e o processo de avaliação nas diferentes áreas do conhecimento; propor, coordenar, assessorar e



avaliar a implantação dos programas de ensino e dos projetos desenvolvidos na escola; encaminhar a discussão e reelaboração da proposta curricular de acordo com a legislação; orientar e acompanhar os processos de flexibilização e adequação curricular; levantar, junto com o professor, sugestões e encaminhamentos para a melhoria do processo educativo; elaborar, junto com o professor, o plano de intervenção para recuperação de alunos com dificuldades; implementar a proposta curricular da escola em consonância com o Currículo Municipal e de acordo com as políticas educacionais da SEMED; planejar, juntamente com o conjunto da escola, a intervenção para problemas levantados em Conselho de Classe; coordenar o processo de seleção dos livros didáticos; atender as solicitações da SEMED, no que se refere ao preenchimento de relatórios, fichas e respostas a ofícios recebidos, bem como participar de reuniões e atividades propostas pela mesma.

Nas ações de formação continuada fazem parte: Participar de cursos, seminários, reuniões, encontros, grupos de estudos e outros eventos; participar das reuniões e atividades propostas pela SEMED de formação continuada; promover e participar do Grupo de Trabalho dos Pedagogos (GT'-s) nos Núcleos, semanalmente; promover e sistematizar encontros do Grupo de Trabalho dos Pedagogos (GT'-s) de Núcleo para formação com temas diversificados; sensibilizar direção, direção auxiliar, corpo docente e funcionários sobre a importância de sua participação na formação continuada; pesquisar, junto aos professores, subsídios teóricos-metodológicos para o estudo e práticas pedagógicas; organizar os momentos de hora-atividade (permanências) dos professores, criando condições para estudo, elaboração do plano de trabalho docente, atendimento aos pais, troca de experiências, bem como participação nos cursos de formação continuada; elaborar e coordenar reuniões para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico da escola; orientar o repasse de informações obtidas de cursos e encontros fora da escola.

Por fim, entre as ações para o processo de ensino-aprendizagem estão: orientar e acompanhar a realização de diagnóstico prévio sobre o processo de aprendizagem; acompanhar o processo de ensino-aprendizagem analisando os resultados, com vistas à sua melhoria e informando o coletivo de profissionais da escola e comunidade sobre os dados de aproveitamento escolar; acompanhar e analisar os resultados atingidos pelas turmas em relação a nota e frequência de alunos; mediar o processo de ensino-aprendizagem para que o mesmo seja significativo; diagnosticar, junto com os docentes, as dificuldades de aprendizagem

escolar dos alunos; buscar formas de intervenção pedagógica para o aluno com dificuldades de aprendizagem; orientar o encaminhamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem para a Sala de Recursos Multifuncional, atendimento Educacional Especializado Regional, reforço contra turno e outros acompanhamentos que se fizerem necessários; acompanhar o processo de recuperação paralela; orientar os pais nos estudos e acompanhamento escolar dos filhos, em consonância com a equipe escolar; orientar os alunos, em consonância com a equipe escolar, na organização de estudos; discutir as orientações para a organização disciplinar da escola com os professores ; orientar os professores, quando necessário, quanto aos processos de adaptação curricular nos casos de transferência de alunos; organizar e encaminhar, de comum acordo com a equipe da escola, informativos aos pais sobre assuntos pedagógicos, com o objetivo de auxiliar na reflexão sobre a educação da criança; propor e acompanhar intervenções que facilitem a aprendizagem em sala de aula, em grupos e em espaços educativos; oportunizar o diálogo permanente entre todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem; acompanhar as práticas pedagógicas desenvolvidas no interior da Escola; articular o trabalho pedagógico, acompanhando avaliações e os conteúdos trabalhados; proceder, juntamente com os docentes, a avaliação para o processo classificatório e reclassificação do aluno, emitindo parecer sobre seu nível de aprendizagem; organizar instrumentos; participar e coordenar, juntamente com a direção escolar, o Pré Conselho, Conselho de Classe e Pós Conselho, propondo sugestões para a melhoria do processo ensino-aprendizagem; participar e organizar a elaboração e assinatura dos pareceres descritivos e pareceres dos alunos de inclusão, mantendo os pais ou responsáveis informados sobre o comportamento e desempenho dos mesmos; orientar o professor na elaboração e organização dos instrumentos de avaliação dos alunos.

## 5 METODOLOGIA DA PESQUISA

Excluindo a pretensão de dizer algo categórico sobre determinado assunto, de uma busca de verdades absolutas, unas e corretas, opondo-se a um método de buscar verdades históricas e precisas, bem como negando uma única fonte para os acontecimentos, um estudo documental de análise qualitativa e interpretativa em perspectiva foi utilizado como metodologia nesta dissertação.

A busca de reunir uma série de perspectivas, analisando de onde elas vêm. O que não significa justapor todas elas no mesmo cenário, mas tentar dar uma certa objetividade por meio da multiplicidade de interpretações que existem, a partir do próprio foco do trabalho. Para tanto, os encaminhamentos aqui tomados amparam-se nos fundamentos teóricos dos estudos de Michel de Foucault sobre Problematização, e Friedrich Nietzsche sobre Perspectivismo-interpretativo.

É de conhecimento comum que as instituições escolares produzem diversos tipos de documentos e registros de caráter administrativo e pedagógico exigidos pela sua mantenedora e pelo próprio cotidiano escolar. Para além de fins burocráticos, os documentos escolares possibilitam aprender elementos das práticas pedagógicas, da trajetória do seu pensar e fazer pedagógico.

Assim sendo, neste trabalho, compreende-se um documento não com o intuito de se dizer a verdade sobre algo ou de documentos como monumentos do passado. Trata-se de compreender os acontecimentos como invenções para ter uma negação de uma busca mítica do tempo originário, do início imaginário dos acontecimentos, da grande criação ou do grande nascimento. Um único olhar não dá conta de dizer o que as coisas são, e esses tantos outros olhares precisam ser descritos.

(...) É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica; a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças; ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, costumes etc.) que apresenta sempre e em toda a parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas. O documento não é feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, *memória*; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa (FOUCAULT, 2020, p.8).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (2002, p. 2) destaca o termo documento como:

"qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir de consulta, estudo ou prova. Inclui impressos, manuscritos, registros audiovisuais e sonoros, imagens, sem modificações, independentemente do período decorrido desde a primeira publicação".

Nos estudos de pesquisa qualitativa, para Ludke e André (2012), são considerados documentos quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação: leis, regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, estatísticas e arquivos escolares.

A pesquisa documental utiliza, em sua essência, documentos que não sofreram tratamento interpretativo, que ainda não foram interpretados ou sistematizados. O desafio desta técnica de pesquisa é a capacidade que o pesquisador tem de selecionar, tratar e interpretar a informação. Tendo como característica do documento a sua fonte, a pesquisa documental possui uma fonte primária, as quais não receberam nenhum tratamento analítico, como relatórios de pesquisas ou estudos, memorandos, atas, arquivos escolares, autobiografias etc. As fontes primárias são dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem interpretados.

A pesquisa documental se propõe a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de interpretar os fenômenos e conhecer as formas como estes têm sido desenvolvidos, abrindo para uma constelação de perspectivas para responder suas perguntas. Sobre a pesquisa documental:

(...) Ela pode ser utilizada no ensino na perspectiva de que o investigador "mergulhe" no campo de estudo procurando captar o fenômeno a partir das perspectivas contidas nos documentos, contribuindo com a área da qual ele se insere, seja na área da educação, saúde, ciências exatas e biológicas ou humanas (KRIPA, SCHELLER & BONOTTO, 2015, p. 57).

A interpretação é uma projeção de sentido. De acordo com Bilate (2010, p. 44): "a interpretação não apenas é responsável pela significação da causalidade, mas, do mesmo modo, pela imposição das ideias de unidade, substância e ser". Igualmente, a linguagem engana ao fazer acreditar que há unidade, substância, ser e causalidade onde, de fato, não há. Bilate (2010, p. 46) observa que existe uma relação clara entre linguagem, valoração e interpretação. Segundo o autor:

"(...) a natureza, ao ser conhecida e, conseqüentemente, ao se tornar passível de ser falada pelo homem, deixa de ser isenta de valor, isenta de

sentido, inumana, in-dita, para ser um mundo-com-sentido, do valor, do dizer e do conhecer, um mundo organizado, humanizado, interpretado (...).

Bilate (2010, p. 47) também indica que "(...) Quando Nietzsche fala em um "mundo próprio", ele não se refere a uma nova realidade ontológica, mas apenas ao fato de que a linguagem permitiu uma nova forma de percepção do mundo, injetora de sentido". Em consonância, Souza propõe:

Não se trata de algo simples lidar com as questões que a interpretação levanta. Primeiro porque não é fácil acrescentarmos outras perspectivas ao nosso modo de ver as coisas e de conceber o que o próprio ato de interpretar significa. Não é fácil, também, pensarmos o perspectivismo como uma maneira de entender toda e qualquer perspectiva como interpretação e, muitas vezes, a diversidade de tipos de relações entre as perspectivas que povoam as nossas próprias relações (SOUSA, 2016, p. 113).

Por sua vez, o perspectivismo contribui para uma compreensão e abre um canal de comunicação capaz de fazer aparecer as diferentes formas de ver e entender. O perspectivismo como método produz uma compreensão em perspectiva (compreender o cotidiano, sem desfazer as tantas perspectivas que podem estar querendo dizer esse cotidiano). Supõe analisar o problema e reconhecer as tantas formas que ele é visto, permanecendo aberto a um olhar múltiplo, em um aumento da percepção e da potência do olhar.

É nesse contexto que o perspectivismo de Nietzsche, esse aprender a olhar e a sentir a partir de diferentes perspectivas ou pontos de vista, pode contribuir para a promoção do diálogo entre perspectivas – o que não significa aceitá-las de antemão, sem crítica ou autocrítica. Na percepção de Nietzsche, no caso do perspectivismo, não se trata simplesmente de somar perspectivas. O que se deve fazer, a partir da perspectiva em que o sujeito se encontra, é permanecer aberto a um olhar múltiplo, uma amplitude em que, compreensivamente, o olhar se transforma em olhares diversos, possibilitando, assim, o aumento da percepção e da potência do olhar (SOUSA, 2016, p. 110).

A problematização busca vincular o perspectivismo e a interpretação. Problematizar não significa dar conta de todos os elementos e esferas envolvidos no objeto de estudo, mas trazer as muitas questões e interpretações diversas, abrindo o objeto de estudo e as certezas sobre ele para outras perceptivas, principalmente em entender que sistema de pensamento faz com que se tenha uma determinada ideia, que estruturas de pensamento fizeram algo acontecer.

## 5.1 A ESCOLA, OS PARTICIPANTES DA PESQUISA E OS PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A escolha da escola para a coleta de dados se deu ao fato de ser o local de atuação profissional da pesquisadora, visto que uma das intencionalidades deste estudo reside em problematizar as práticas pedagógicas no cotidiano da organização do trabalho do pedagogo, a partir dos registros dos relatórios que validam as Atividades Pedagógicas não Presenciais em tempo de pandemia.

Localizada no município de São José dos Pinhais, região Metropolitana de Curitiba, a Escola Municipal Ensino Fundamental foi criada pelo Decreto n.º 118/91, de 05 de junho de 1991. A escola atende 270 alunos entre os turnos da manhã e tarde. Seu funcionamento para o turno da manhã é das 8h às 12h, da tarde das 13h às 17h. Em seu quadro total conta com vinte professores, um diretor, um diretor auxiliar, um pedagogo e um secretário.

Em sua estrutura física conta com: 01 (uma) sala de direção; 01 (uma) sala dos professores; 01 (uma) secretaria; 01 (uma) sala da pedagoga; 06 (seis) salas de aula; 08 (oito) banheiros para os alunos, sendo 05 (cinco) femininos e 03 (três) masculinos; 01 (um) banheiro adaptado; 01 (um) banheiro para os professores e funcionários; 01 (um) pátio pequeno coberto; 01 (uma) cozinha externa; 01 (uma) cozinha interna para a empresa terceirizada responsável pela merenda escolar; 01 (um) depósito de material de limpeza, anexa a casa do caseiro; 01 (um) depósito para material de expediente e para arquivo morto da secretaria; 01 (uma) sala para reforço; 01 (um) parquinho com escorregadores; 01 (uma) quadra pequena; 01 (uma) quadra grande telada nas laterais e teto, com traves de futebol e cesta de basquete; 01 (uma) horta com 6 canteiros. Todos os espaços possuem persianas e ventiladores de parede (exceto depósito externo, banheiros e cozinha interna). A escola dispõe de serviço de internet banda larga da Copel e com os recursos da Educação Conectada, uma internet banda larga da Empresa Web Liv.

Em 2021 foram atualizados os dados sobre a clientela escolar para reelaboração do PPP (Projeto Político e Pedagógico). As famílias foram questionadas sobre a renda mensal familiar, das quais 54% relataram receber entre um a dois salários mínimos, e 15% de dois a três salários mínimos. Sobre a escolaridade, 44% das famílias possuem o ensino médio completo, 8% superior completo e 2%

responderam serem analfabetos. Com relação a profissão, 33% são autônomos e 20% trabalham na indústria e comércio.

Houve perguntas específicas sobre os estudantes na pandemia como: Nesse contexto de pandemia, quem está auxiliando o estudante nas atividades enviadas para casa? Mais de uma alternativa poderá ser respondida nesta pergunta. Dos participantes da pesquisa, 77% responderam que a mãe estava auxiliando, 22% o pai, 22% os irmãos mais velhos e 3% que o estudante estava fazendo as atividades sozinho. Também foi questionado a disponibilidade de aparelhos de uso tecnológico para acompanhamento pedagógico. Entre as respostas, apareceu um celular com internet por parte de 45% das famílias, 21% mais de 01 celular com internet, 23% responderam 01 computador e celular com internet e 8% possuem o aparelho mas nem sempre tem internet.

A escola atende estudantes do Ensino fundamental dos anos iniciais. Em seu turno da manhã, a instituição atende duas turmas de 3º ano, duas turmas de 4º ano e duas turmas de 5º ano. No turno da tarde, são três turmas de 1º ano e três de 2º ano. Como já mencionado, possui um quadro com vinte professores, sendo um regente para cada turma, um professor de Ciências, um professor de Educação Física e Ensino Religioso, um professor de Arte e um professor de Reforço Escolar, que atendem as turmas de cada período.

Na rotina escolar, cada professor tem direito a 33% das horas de trabalho revertidos em horas atividades, que são utilizadas para elaboração de seu planejamento, impressão, correção das atividades e avaliações. Melhor em outras palavras, o professor regente de uma turma trabalhará as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, História e Geografia. Nos dias em que será dispensado para elaboração de suas atividades, os professores de Arte, Educação Física, Ensino Religioso e Ciências, atenderão a turma. Logo, a organização desta rotina é a função do Pedagogo da escola, como já mencionado nas atribuições do cargo de Pedagogo, nessa dissertação

Entretanto, com a suspensão das aulas a partir do Decreto de nº 3.726, muitas questões da rotina de organização do trabalho pedagógico precisaram ser repensadas para atender toda a comunidade escolar.

Pois ficaria a cargo do Pedagogo, de acordo com o Art. 9º inciso III da DELIBERAÇÃO nº 04/2020 – CME/SJP, orientar, acompanhar o planejamento e

validar todas as atividades/vivências planejadas e executadas pelos professores, bem como organizar, com os professores das turmas, um calendário dispondo os dias de planejamento, desenvolvimento das ações pedagógicas.

O presente estudo detinha como propósito inicial somente a realização de análise documental dos relatórios de validação das atividades não presenciais. Entretanto, após a banca de qualificação as pontuações feitas pelos professores participantes, optou-se pela inserção da entrevista semiestruturada.

Atendendo as sugestões da banca de qualificação, inseriu-se cinco professores participantes, os quais se propuseram a participar da entrevista semiestruturada. Como critérios de inclusão, definiu-se ser professor regente de turma, ter participado das elaborações de atividades e todo o processo que envolveu o contexto de aulas remotas de decorrência da pandemia de Covid-19. Já os critérios de exclusão foram: professores oriundos de outros estabelecimentos de ensino no decorrer da pandemia, professores co-regentes<sup>8</sup>.

O quadro 01 especifica a turma em que o participante atuou no ano de 2020 sua formação acadêmica, bem como o tempo de experiência na Rede Pública de São José dos Pinhais.

Quadro 01 – disposição dos regentes e turmas de atuação em 2020.

Turma que lecionou no ano de 2020.	Formação Acadêmica	Tempo de experiência na Rede Municipal de São José dos Pinhais.
Professor Regente do 1º ano.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Graduação em Letras Português/Francês na UEPG;</li> <li>• Graduação em Pedagogia na FAEL;</li> <li>• Especialização em Literatura e Cultura;</li> <li>• Pós <i>strictu</i> sensu em Estudos da Linguagem;</li> </ul>	Um ano e seis meses.
Professor Regente do 2º ano.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Licenciado em Ciências Biológicas - Faculdade Integrado de Campo Mourão.</li> <li>• Licenciado em Ciências Sociais - Universidade de São Paulo - UNIMES.</li> <li>• Licenciado em Pedagogia - Universidade Cruzeiro do Sul</li> <li>• Licenciado em Letras/Português - FAEL.</li> </ul> <p>Especializações:</p>	1 ano e 9 meses de concurso no Município de SJP.

<sup>8</sup> Professores que lecionam as aulas de Ciências, Arte, Educação Física e Ensino Religioso.



		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação Ambiental - UNICID</li> <li>• Educação Especial e Inclusiva - Faculdade São Braz, agora UNINA.</li> <li>• Docência no Ensino Superior - Centro Universitário Barão do Mauá</li> <li>• Educação de Jovens e Adultos - EJA - UNINA</li> </ul>	
Professor do 3º ano.	Regente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Graduação em Pedagogia na Uninter</li> <li>• Especialização pela Unicentro em Gestão Escolar e em Docência no Ensino Superior na São Brás.</li> </ul>	Dez anos
Professor do 4º ano	Regente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Licenciatura Plena em matemática, na Universidade Tuiuti do Paraná</li> <li>• Especialização em Ensino de matemática, na Universidade Tuiuti do Paraná.</li> </ul>	Doze anos
Professor de 5º ano	Regente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Graduação em Pedagogia na Universidade Federal do Paraná.</li> <li>• Especialização em EAD e Tecnologias Educacionais.</li> </ul>	12 anos

Fonte: a autora.

A inserção destes participantes amparou-se também nos estudos de Stake (2011) sobre as pesquisas de abordagem qualitativa, pois o autor expõe que pesquisas que inserem os seres humanos têm muitas tarefas, como planejar o estudo, providenciar as situações a serem observadas, entrevistar as pessoas, avaliar as informações, reunir os fragmentos de ideias, escrever os relatórios.

Assim, ao pensar este tipo de abordagem, é necessário incluir as pessoas como um dos principais instrumentos de dados, ficando sob a responsabilidade da pesquisadora todas as informações obtidas, com o compromisso em zelar na guarda comprobatória dos instrumentos de coleta, bem como manter em sigilo o nome dos participantes.

No que diz respeito ao processo de coleta de dados, tal encaminhamento dividiu-se em dois momentos, caracterizados por uma coleta direta, constituída do preenchimento de um breve questionário e uma coleta indireta, por meio da análise documental.

Na coleta direta, foram enviados, dois questionamentos via e-mail dos participantes, sendo que tais documentos constam no (ANEXO 02). Os

questionários foram enviados no dia 15 de janeiro de 2022, e solicitado sua devolutiva até o dia 22 de janeiro de 2022.

Neste momento, a pesquisadora atentou-se o fato de que os estudos envolvendo a abordagem qualitativa demonstram que muito dos dados provêm da formulação de boas perguntas, a fim de coletar informações que sejam realmente relevantes e de encontro aos objetivos da pesquisa. Nesse sentido, ao elaborar as questões, procurou-se fugir da categorização de respostas “sim/não” (Stake, 2011), dando amplitude para que os entrevistados pudessem expressar-se, sem fugir da problemática deste estudo.

Na coleta indireta, priorizou-se o contato com documentos publicados pela SEMED (Secretaria Municipal de Educação) em torno das orientações pedagógicas para que os pedagogos da rede, juntamente com os professores, realizassem a elaboração dos relatórios de validação seguindo a perspectiva de (Stake, 2011) que defende que frequentemente os pesquisadores qualitativos encontram muitos significados também a partir daquilo que conhecem por meio de documentos. A seleção dos documentos a ocorreu a partir da leitura de diversas publicações da SEMED, sendo que optou-se pela análise e interpretação na íntegra da Deliberação nº 04/2020 – CME/SJP (ANEXO 3).

A deliberação mencionada foi aprovada em 27/04/2020 (ANEXO 03), e é composta por vinte artigos em que designam normas para o desenvolvimento de atividades escolares não presenciais no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de São José dos Pinhais em decorrência da legislação específica sobre a pandemia pelo novo coronavírus- COVID -19 e outras providências.

Por meio desta deliberação do Conselho Municipal de Educação, foram estabelecidas Portarias da Secretaria Municipal de Educação para regulamentação das atividades pedagógicas não presenciais, bem como da validação destas por meio dos relatórios.

Foram também interpretados os relatórios de validação das atividades não presenciais respondidos pelos professores regentes das turmas, (ANEXO 01). Os relatórios foram preenchidos semestralmente, dessa forma foram interpretados vinte e quatro relatórios pertinentes aos regentes de turma, desconsiderando os demais.

O relatórios são compostos por: Nome(s) do(s) componente(s) curricular(es), da turma e do(s) professor(es) responsável(eis); (Áreas do Conhecimento e Professores): 2 - Cronograma do plano de trabalho (semanais, quinzenais,

especificando os períodos dos planejamentos, das correções, etc.): Objetos de conhecimento/conteúdos periféricos trabalhados (Listar por componente curricular, as unidades temáticas/ campos de atuação e quando necessário recorrer aos objetos central e/ou periféricos de forma geral); Descrição das atividades desenvolvidas com as readequações necessárias e a flexibilização curricular (de forma geral); Metodologia e recursos didáticos utilizados (de forma geral) e Formas de orientação para o desenvolvimento das atividades e acompanhamento do desempenho e participação/frequência dos estudantes (quantidade de estudantes que receberam e os que não receberam as atividades através de seus responsáveis e a descrição das ações realizadas para que as mesmas fossem atingidas).

## 6 EM NOME DA VERDADE: RELATÓRIOS PARA QUÊ.

O que é a verdade? Onde encontra-se a verdade? Quem possui a verdade? Por que a necessidade do uso de um amparo legal para dizer que o que foi feito é verdade? Diante destas questões, se faz necessário indagar em que medida as pessoas ainda são limitadas pelo conceito de verdade, pois parece que a autoridade da escola não é suficiente. O que vale a é autoridade das instancias hierárquicas.

Foucault (2013), em sua obra, "Verdade e as formas jurídicas", observa que a verdade precisa ser interpretada no contexto de sua construção na trama das relações de poder, pois existem relações de poder até na história da verdade. O autor busca apresentar alguns esboços da história a partir das "práticas judiciárias de onde nasceram os modelos de verdade que circulam ainda em nossa sociedade, que se impõe a ela e valem não somente no domínio da política, no domínio do comportamento cotidiano, mas até na ordem da ciência" (Foucault, 2013, p. 35).

(...) as formas jurídicas e, por conseguinte, sua evolução no campo do direito penal como lugar de origem de um determinado número de formas de verdade. Tentarei mostrar-lhes como certas formas de verdade podem ser definidas a partir da prática penal. Pois o que chamamos de (*enquête*) – inquérito tal como é e como foi praticado pelos filósofos de século XV ao século XVIII, e também por cientistas, fossem eles geógrafos, botânicos, zoólogos, economistas – é uma forma bem característica da verdade em nossas sociedades (FOUCAULT, 2013, p. 21).

Problematizando as práticas pedagógicas contidas nos relatórios, é possível interpretar que, assim como nas práticas da origem do inquérito, encontra-se uma prática judiciária além de uma prática administrativa e pedagógica, para saber exatamente quem fez o quê, em que condições e em que momento se fez o que foi feito. Segundo Foucault (2013, p. 21) " O Ocidente elaborou as complexas técnicas do inquérito que puderam, em seguida, ser utilizadas na ordem científica e na ordem da reflexão filosófica"

Segundo Foucault, " no século XIX também se inventaram, a partir de problemas jurídicos, judiciários, penais, formas de análise bem curiosas que chamaria de exame (*examen*) e não mais de inquérito". (Foucault 2013, p.22). Formas de controle social sobre o indivíduo por meio dos dispositivos inventados pela sociedade e os processos de subjetivação, desvelamento das relações entre os saberes e os poderes. De acordo com Foucault (2013, p.74. "O inquérito na Europa Medieval é

sobretudo um processo de governo, uma técnica de administração, uma modalidade de gestão; em outras palavras, o inquérito é uma determinada maneira do poder se exercer (...)"'. Desta maneira, relatórios de validação das atividades pedagógicas constituem-se também como um dispositivo de governo, uma maneira de exercício de poder.

(...) o inquérito é precisamente uma forma política, uma forma de gestão, de exercício do poder que, por meio da instituição judiciária, veio a ser uma maneira, na cultura ocidental, de autenticar a verdade, de adquirir coisas que vão ser consideradas como verdadeiras e de as transmitir. O inquérito é uma forma de saber-poder (...) (FOUCAULT, 2013, p. 79).

Nos relatórios direcionados aos professores, pede-se que o professor se identifique e especifique o nome dos componentes curriculares, da turma, o cronograma de trabalho, objetos de conhecimento periféricos trabalhados (listar por componente curricular, as unidades temáticas/campos de atuação), a descrição das atividades desenvolvidas com as readequações necessárias e a flexibilização curricular, metodologia e recursos didáticos utilizados, formas de orientação para o desenvolvimento e acompanhamento do desempenho e participação/frequência dos estudantes. Logo quem fez o quê, como foi feito e de que maneira. Segundo Foucault (2013, p. 71) "O poder se exerce primeiramente fazendo perguntas, questionando. Não se sabe a verdade e procura sabê-la".

Seguindo o pensamento do autor, parece "que esse mecanismo da verdade obedece inicialmente a uma lei, uma espécie de pura forma, que poderíamos chamar de lei das metades" (Foucault 2013, p.41), assim como a forma em que os relatórios se apresentam em suas metades, uma parte a pergunta e outra a resposta. Como nos inquéritos, "o jogo das metades está completo: conspiração, assassinato, quem foi morto e quem matou" (Foucault, 2013, p.42). Sendo, nesse caso, a SEMED e o CME os juízes que avaliaram se os relatórios foram respondidos de acordo com o solicitado, e se em suas metades encontra-se a verdade.

De acordo com Foucault (2013, p. 45) é "pelo ajustamento destas duas metades que se poderá conhecer a autenticidade da mensagem, isto é, a continuidade do poder que se exerce". O poder se manifesta, completa seu ciclo, mantém sua unidade graças a este jogo de pequenos fragmentos, separados uns dos outros, de um mesmo conjunto, de um único objeto, cuja a configuração geral é a forma manifesta do poder. Sendo assim, as mensagens, os mensageiros que ele envia e

que devem retornar autenticarão sua ligação ao poder pelo fato de cada um deles deter um fragmento da peça e poder ajustá-lo aos outros fragmentos.

Assim, é possível interpretar que tudo que foi inventado pelo homem tem por objetivo alguma forma de poder, como a dominação de uns sobre os outros, dessa forma, é necessário compreender quais as relações de poder que a produção da verdade está inserida, pois, sendo produção do homem, ela sempre será composta de estratégias ou dispositivos que assegurem o seu domínio.

Logo, os relatórios de validação das atividades não presenciais se tornaram um dispositivo de poder em nome da verdade, apresentados para escola de maneira arbitrária e inquestionável, devendo ser julgados, aprovados ou não pelos detentores, que, após seu veredito, validavam ou não as atividades pedagógicas não presenciais

É diante desses questionamentos que se entende a importância de utilizar os conceitos de Foucault para problematizar as práticas pedagógicas das quais, direta ou indiretamente, a escola está inserida, entendendo o porquê se faz o que se faz, pois será a partir desse momento que se poderá pensar em questionar essas maneiras de fazer as coisas. Não se trata de polemizar, lembrando que um polemista apenas defende a legitimidade de seu argumento, não aceitando outro pensamento.

Ao problematizar como determinadas estruturas de pensamento determinam que algo aconteça de uma forma e não de outra, questiona-se a verdade imposta, a fim de indagar suas amarras conceituais, sem o intuito de trocar uma verdade por outra, ou seja, se não fosse assim, de qual maneira deveria ser, e sim interrogar o sentido de se fazer, suas condições e seus fins, tomar distância da maneira usual de fazer as coisas, para pensar em outras formas possíveis. Uma vez que a escola não problematiza suas práticas pedagógicas, acabará também por impor as suas verdades e racionalidades aos seus estudantes, não permitindo que estes tenham suas próprias interpretações e perspectivas.

## 7 PROBLEMATIZANDO O PODER PASTORAL, DISCIPLINAR, BIOPOLÍTICO E A GOVERNAMENTALIDADE NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Este capítulo tem a intenção de utilizar as categorias de Foucault, seus poderes *pastoral*, *disciplinar*, *biopolítico* e a *governamentalidade* para problematizar as práticas pedagógicas a partir dos registros dos relatórios que validam as Atividades Pedagógicas não Presenciais em tempo de pandemia. Para tanto, será interpretada a Deliberação 04/2020 do CME, bem como questionários enviados aos professores sobre os relatórios que validaram as atividades pedagógicas não presenciais para o ano de 2020.

A relevância desse tema é pensar em o que se viveu, na busca de compreender o que significaram os registros dos relatórios e como que isso se efetivou, assim como que condições tiveram para contribuir com a formação dos estudantes.

Seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é cada instante fundado e refundado pela história. E na direção desta crítica radical do sujeito humano pela história que devemos nos dirigir (FOUCAULT, 2013, p. 20).

O olhar múltiplo sobre os diferentes poderes, com a interpretação de Deliberações, questionários e relatórios é que irão permitir uma certa objetividade, um perspectivismo. Considerando o momento que se está vivendo, se faz ainda mais importante mais se ter olhares múltiplos.

Quando fala do caráter perspectivo do conhecimento, Nietzsche quer designar o fato de que são diferentes entre si e múltiplos em sua essência, atos pelos quais o ser humano se apodera violentamente de um certo número de coisas, reage a um certo número de situações, lhes impõe relações de força. Ou seja, o conhecimento é sempre uma certa relação estratégica em que o homem se encontra situado (FOUCAULT, 2013, p. 33).

## 7.1 O PODER PASTORAL E SEUS DISPOSITIVOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

O poder pastoral, de acordo com Foucault é colocado como um princípio fundamental para quem governa, pois se respalda na tarefa de fazer o bem, e em nome do bem e do melhor, justifica suas ações. Um poder de governar a vida humana, cuidando dos indivíduos ao mesmo tempo que governa suas condutas. O poder pastoral repercute nas formas modernas de governar os outros.

No quadro abaixo serão analisados fragmentos da deliberação nº 04/2020 do CME, sob seu conteúdo onde pode-se encontrar o poder pastoral sendo utilizado como prática na condução da vida das pessoas.

Quadro 02- Poder pastoral na Deliberação 04/2020

No Art. 3º - que descreve como os órgãos do Sistema Municipal de Ensino de SJP poderão adotar os seguintes **princípios** para o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas, nos parágrafos I e II:

I – desenvolver um trabalho **colaborativo** entre a Unidade de Ensino e as famílias, sob a **orientação** da mantenedora, para garantir o processo de ensino e aprendizagem a todas as crianças e /ou estudantes.

III – **apoiar e incentivar** os profissionais da educação, na reorganização das ações pedagógica e administrativas a serem desenvolvidas com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte das crianças e/ou estudantes e familiares.

Art. 9º - Para a organização das atividades não presenciais e acompanhamento das atividades pedagógicas e administrativas, fica determinado:

II – Aos diretores das Unidades de Ensino:

b) articular estratégias com o (os) Pedagogo (o) e Professores para garantir a comunicação com toda a comunidade escolar, fortalecendo as interações e os **vínculos com as famílias** das crianças".

Fonte: Deliberação 04/2020, grifos da autora

No artigo três, inciso I, é indicado que os Órgãos do Sistema Municipal de Ensino poderão adotar um trabalho colaborativo como princípio para o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas. No inciso III, utiliza-se também como



princípios de "fazer o bem" com o apoio e incentivo aos profissionais da educação na reorganização das ações pedagógicas e administrativas.

No artigo nono, na alínea b do inciso II, fica determinado que cabe aos diretores das unidades de Ensino, articular estratégias com Pedagogos e Professores para garantir a comunicação com toda a comunidade escolar, fortalecendo as interações e os vínculos com as famílias das crianças.

Na escola analisada, foi orientado que os professores deveriam ter um grupo de WhatsApp<sup>9</sup> com todas as famílias de sua turma, no qual avisariam sobre a entrega de kits com as atividades pedagógicas não presenciais ou o cancelamento da entrega dos kits, bem como usariam o instrumento citado para enviar vídeos, esclarecer dúvidas sobre as atividades, convocar os pais dos estudantes que não retiraram as atividades, ou não devolveram para fazê-los. Observa-se a individualização como uma das técnicas do poder pastoral sob um novo cenário, conduzindo e administrando família por família.

Nos relatórios, verifica-se a questão sobre falar a verdade como uma confissão. As escolas são instituições que envolvem a regulação das pessoas que, por sua vez, constituem o eu, como as práticas de confissão e falar a verdade. As questões que surgem envolvem o efeito de falar a verdade ou de mentir e o efeito dessas práticas mais tarde dará forma a compreensão que o indivíduo tem o seu próprio eu.

Pelo fato da linguagem ter uma função performática, falar a verdade sobre si mesmo constitui ou constrói as formas do "eu", uma vez que "faço os relatórios" e "eles me fazem". Por esses meios discursivos e por meio dessas tecnologias, o ser humano se torna sujeito. Uma confissão é uma afirmação do eu.

## 7.2 O PODER DISCIPLINAR E SEUS DISPOSITIVOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Utilizando os conceitos de Foucault sobre o poder disciplinar e seus dispositivos, novas configurações de espaço e tempo podem ser observadas, pois,

---

<sup>9</sup> WhatsApp é um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para *smartphoneis*. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos em PDF, além de fazer ligações grátis por meio de uma conexão coma *internet*.

não há mais o corpo presente para vigilância e controle sobre gestos, comportamentos e atitudes em detrimento de um espaço e tempo determinado. Tampouco há o espaço como local imediato, porém a organização do espaço, o controle do tempo e a vigilância sobre os elementos citados aconteceram de maneira diferente, ainda que com mesmo sentido.

Foi possível visualizar o poder disciplinar por meio da vigilância permanente sobre os indivíduos, que se deu por meio do controle da SEMED e CME a escola com relação aos relatórios sobre as atividades remotas e sobre os professores aos pais, no cumprimento da busca e realização das atividades para os estudantes. Segundo Foucault 2013, p. 89 "(...) um saber que tem agora por característica não mais determinar se alguma coisa se passou ou não, mas determinar se um indivíduo se conduz ou não como se deve, conforme ou não à regra, se progride ou não etc. ". E enquanto exerce esse poder, tem-se a possibilidade tanto de vigiar quanto de construir, sobre aqueles que vigia, um saber.

Nessa nova configuração de escola e relações de poder, os conceitos de vigilância, controle e correção podem ser interpretados e problematizados utilizando o princípio do "panopticismo".

O panoptismo é um dos traços característico da nossa sociedade. É uma forma de poder que se exerce sobre os indivíduos em forma de vigilância individual e continua, em forma de controle de punição e recompensa e em forma de correção, isto é, de formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas. Este tríptico aspecto do panoptismo – vigilância, controle e correção – parece ser uma dimensão fundamental e característica das relações de poder que existem em nossa sociedade (FOUCAULT, 2013. p. 103)

O professor tinha o contato presencial com os pais do estudante unicamente na entrega e devolução dos kits de atividades enviados para realizarem em casa. Logo, a vigilância ocorreu sobre a responsabilidade dos pais em buscar e entregar essas atividades regularmente. Caso não acontecesse, o professor entrava diretamente em contato com a família para cobrar sua responsabilidade.

Nos relatórios respondidos pelos professores, a questão número 06 (anexo 01), solicita que o docente descreva como ocorreu o acompanhamento do desempenho e participação/frequência dos estudantes, registrando a quantidade de estudantes que receberam e os que não receberam as atividades por meio de seus responsáveis, além da descrição das ações realizadas para que fossem atingidas.

Para aqueles que não buscaram as atividades, era necessário descrever os contatos realizados por meio de ligações telefônicas ou mensagens por WhatsApp detalhadamente.

A vigilância exercida pelo poder disciplinar também foi observada na cobrança e correção dos relatórios que, posteriormente ao preenchimento da escola, eram enviados para SEMED e CME, que após avaliarem se estava de acordo com o solicitado, e julgando necessário, a escola era chamada para fazer as devidas correções, para somente depois ser aceito pelas instâncias superiores.

Assim como foram modificadas as configurações de espaço e tempo no poder disciplinar, modificaram-se também as novas práticas de punição onde seu ponto de ataque não é mais o corpo, mas o que se coage é a mente, a consciência, que é envergonhada, exposta ou desapontada. A punição se torna de certa forma preventiva. Ela não precisa ser de fato exercida, pois já tem um efeito inconsciente.

O quadro do nº 03 a seguir apresenta a Deliberação nº 04/2020 – CME/SJP, onde outros conceitos sobre os dispositivos disciplinares serão interpretados.

#### Quadro 03 - Poder disciplinar na Deliberação 04/2020

Art. 10 – As atividades pedagógicas realizadas durante o período de aulas não presenciais deverão ser documentadas, para comprovação dos estudos efetivamente realizados, deverão ser documentadas, deverão ser protocoladas no CME, órgão normativo do Sistema Municipal de Ensino para efeito de validação como período letivo, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o término da suspensão das aulas presenciais, através de requerimento contendo:

§1º Somente serão consideradas válidas, para efeito de cumprimento do período letivo constante dos art. 24 e 31, da Lei Federal nº 9.394/1996, as atividades pedagógicas escolares não presenciais devidamente autorizadas e que atendam integralmente ao disposto nesta Deliberação.

§2º não serão aprovadas, nem consideradas como período letivo, para efeito de cumprimento do calendário escolar, as atividades pedagógicas não presenciais que não preencham os requisitos desta Deliberação.

§3º a Unidade de Ensino que não requerer a oferta de atividades e estudos escolares não presenciais, cujo requerimento não for validado nos termos do Art. 11 desta Deliberação, **deverá assegurar aos seus estudantes o cumprimento integral da carga horária presencial** prevista para o período letivo de 2020, nos termos dos art. 24 e 31 da Lei Federal nº 9.394/1996 e Medida Provisória nº 934 de 2020.

Fonte: Deliberação 04/2020, grifos da autora

No art. 10 da Deliberação do Conselho Municipal de Educação de São José dos Pinhais nº 04/2020, em análise do requerimento e a emissão do ato de validação da oferta não presencial estabelece por meio dos parágrafos primeiro, segundo e terceiro, a função de aprovação ou reprovação seguida se punição. Para aprovação,

estando a documentação de acordo com o solicitado, será validada para efeito do cumprimento do calendário escolar. Reprovação e punição ocorrem caso o requerimento não seja validado, e como punição a escola deverá assegurar aos seus estudantes o cumprimento integral da carga horária presencial prevista para o período letivo de 2020.

### 7.3 A BIOPOLÍTICA E SEUS DISPOSITIVOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A biopolítica tem como objetivo o gerenciamento da vida das populações, com a preocupação do nascimento, morte, doença, higiene, e das pessoas que convivem diariamente em espaços compartilhados. A relevância do conceito está na aplicabilidade do tema para compreender o contexto pandêmico e as situações cotidianas, que ajudam a compreensão da atuação médica, uma vez que a biopolítica tem como objetivo assegurar a existência da espécie humana. De acordo com Foucault:

(...) O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica (FOUCAULT, 2018, p. 144).

Dentre os relatórios analisados (anexo 1), a questão dois refere-se ao cronograma do plano de trabalho do professor, em que foi necessário descrever se os planejamentos foram semanais, quinzenais, especificando as datas, das correções das atividades, a impressão, envio por e-mail para pedagoga e entrega dos kits pedagógicos. Foi necessário definir um cronograma onde o professor fosse no máximo duas vezes por semana para escola, um dia para impressão e outro para entrega das atividades, pois a escola deveria evitar aglomerações.

Por meio das interpretações dos relatórios realizados pelos professores, foi possível observar que houve interferência nas entregas dos kits pedagógicos, que a princípio eram semanais, passando a serem quinzenais e chegando a ser realizada a cada três semanas devido ao estabelecimento dos lockdowns<sup>10</sup>. Isto sobrecarregou

---

<sup>10</sup> *lockdown* termo em inglês que vem sendo usado para descrever medida de fechamento de regiões na pandemia de Covid-19 para obrigar o isolamento social.

tanto os estudantes que chegaram a ter que realizar em casa três kits de atividades pedagógicas, quanto aos professores que recebiam as atividades em atraso e deveriam esperar ainda uma semana para correção, como está descrito na Deliberação nº 04/2020 – CME/SJP, no segundo parágrafo do artigo quarto. O quadro 04 apresenta trechos da referida deliberação:

Quadro 04 – A biopolítica na Deliberação 04/2020

No Art. 4º - Sobre as atividades pedagógicas escolares não presenciais para o Ensino Fundamental são aquelas utilizadas pelo professor, da turma ou do componente curricular, em seu inciso IV, parágrafos primeiro e segundo:

§1º A Unidade de Ensino deverá tomar todos os **cuidados de prevenção e higiene** no combate ao Coronavírus na entrega das atividades pedagógicas e/ou dos materiais, às famílias ou responsáveis pelas crianças ou estudantes.

§2º No retorno das atividades pedagógicas e/ou materiais, os mesmos cuidados deverão ser respeitados, sugerindo-se um prazo mínimo de 7 (sete) dias para contato e correção deste material.

No Art. 8º que relata sobre os órgãos que compõem o Sistema Municipal de Ensino e que esses devem assegurar os direitos das crianças e/ou estudantes ao ter acesso à educação não presencial dispõem em seu parágrafo 1º que:

§1º A Direção, pedagogos e professores das Unidades de Ensino **mapearão** as crianças e/ou estudantes que não receberam as atividades impressas para possíveis encaminhamentos, resguardando o direito a todos".

Fonte: Deliberação 04/2020, grifos da autora

Com o novo cenário imposto pela pandemia a interrupção das atividades presenciais, a escola passou a ter que se adequar as novas regras como as citadas nos parágrafos primeiro e segundo do artigo quarto, que discorre sobre o recebimento das atividades pedagógicas devolvidas pelas famílias a escola. Para isso, a escola precisou tomar todos os cuidados de prevenção e higiene, na entrega das atividades pedagógicas.

Assim, entende-se que os relatórios tiveram também uma função de monitoramento geográfico e populacional por meio de levantamento estatísticos sobre o corpo social, o que também é possível observar no parágrafo primeiro do artigo oitavo, quando estabelece que as unidades de ensino deverão mapear os estudantes que não receberam as atividades impressas para possíveis encaminhamentos, resguardando seus direitos.

Nos questionários respondidos pelos professores (anexo 02), a segunda pergunta questiona qual foi o significado para o professor sobre a apresentação desses relatórios, se perceberam uma preocupação com o processo de ensino aprendizagem ou foi apenas um mecanismo de controle. O quadro 5 apresenta amostras das respostas de alguns professores:

Quadro 5 – Amostra de respostas dos professores (anexo 02)

Considerando que apresentação de tais relatórios, não trouxe contribuições positivas ao trabalho realizado com os estudantes, acredito que tenha sido apenas um mecanismo de controle e cumprimento de normas. Visto que os dados contidos nos relatórios não comprovaram ou garantiram e nem mesmo contribuíram para a realização do trabalho realizado durante o período de atividades remotas.	Professor (a) do 4º ano.
Apenas um mecanismo de controle, pois esse sistema não acrescentou em nada, nem para os alunos, nem para os pais e muito menos para os professores. Muito pelo contrário, esse sistema apenas onerou a carga de trabalho do professor que já estava intensa.	Professor (a) do 5º ano.
Foi um mecanismo de controle da mantenedora (Secretaria Municipal de Educação de São José dos Pinhais), para entender, isto é, ter ciência se o professor cumpriu com o planejamento de acordo com a BNCC, bem como, se desenvolveu um trabalho significativo, propondo aulas diversificadas, com intervenções pedagógicas efetivas.	Professor (a) do 2º ano.

Fonte: Deliberação 04/2020

Na resposta do professor do 4º, ano fica exposto quanto ele sentiu que a apresentação dos relatórios não trouxe contribuições positivas com os estudantes, ou seja, não houve benefício para a aprendizagem. Como o entrevistado observa, "os dados contidos nos relatórios não comprovaram ou garantiram e nem mesmo contribuíram para realização do trabalho realizado durante o período de atividades remotas", configurando-se a penas como um cumprimento de normas.

Na mesma linha de raciocínio se posiciona o entrevistado, professor do 5º ano, compreendendo os relatórios como " Apenas um mecanismo de controle, pois esse sistema não acrescentou em nada, nem para os alunos, nem para os pais e muito menos para os professores". Em seu entendimento, não houve significativa contribuição para a aprendizagem dos estudantes.

O entrevistado professor do 2º ano, no entanto, concorda que as apresentações dos relatórios tiveram como objetivo um mecanismo de controle, e

como cita " se desenvolveu um trabalho significativo, propondo aulas diversificadas, com intervenções pedagógicas efetivas".

#### 7.4 A GOVERNAMENTALIDADE E SEUS DISPOSITIVOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Governamentalidade é um conceito gerado para explicar o processo que possibilitou o surgimento do Estado de governo, bem como é um conceito que denomina o regime de poder e as características de sua tecnologia, uma maneira de pensar combinada com a habilidade de liderar e controlar a si mesmo e as outras pessoas.

Fazendo a interpretação do conceito de governamentalidade com relação aos relatórios de validação das atividades remotas (anexo 01), a questão número cinco refere-se a metodologia e recursos didáticos utilizados, onde a professora deveria descrever os recursos enviados para facilitar a realização das atividades, como atividades impressas, livro didático, links, vídeos ou áudios. Foram criados grupos de WhatsApp para contato com as famílias, assim como realização de vídeo-chamadas para atendimentos individuais, realização de vídeo-aulas explicando as atividades de cada componente curricular, e busca da própria família aos professores por meio desta ferramenta, para sanar dúvidas sobre as atividades enviadas.

Desta forma, o uso dessa tecnologia foi o recurso mais utilizado para comunicação e condução ao trabalho dos professores, pois em cada interação com as famílias, mais condução estava acontecendo. Os professores tiveram mais governo sobre as famílias com o uso do celular pelo WhatsApp, tiveram acesso direto, exercendo mais controle e regulação dos pais do que dos estudantes.

(...) Não obstante, para Foucault tanto as tecnologias da dominação quanto as tecnologias do eu produzem efeitos que constituem o eu. Elas definem o indivíduo e controlam sua conduta à medida que fazem dele um elemento significativo para o estado por meio do exercício de uma forma de poder, que Foucault chamou de "governamentalidade", tornando os cidadãos em cidadãos úteis, dóceis e práticos (...) (BESLEY, 2008, p.67).

As escolas são instituições que claramente envolvem essa regulação e governança da experiência de seus alunos. Isso, por sua vez, constitui o eu. No

quadro 6 sobre a Deliberação número 04/2020, algumas considerações podem ser realizadas com relação ao que sugere a deliberação e o conceito de governamentalidade.

Quadro 06- Governamentalidade na Deliberação 04/2020

<p>No Art. 3º - que descreve como os órgãos do Sistema Municipal de Ensino de SJP poderão adotar os seguintes princípios para o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas em seus parágrafos II e IV.</p> <p>II – orientar que as famílias acompanhem as crianças e/ou estudantes em sua rotina de estudos em suas residências.</p> <p>IV – instruir as crianças e/ou estudantes e as famílias sobre as ações de prevenção e higiene que todos devem adotar no combate ao coronavírus.</p>
--

Fonte: Deliberação 04/2020

Sobre a Deliberação 04/2020, e os princípios que a escola deveria adotar, no inciso segundo do artigo terceiro, fica estabelecido a orientação das famílias para que acompanhem os estudantes em sua rotina de estudo, conduzindo a conduta das famílias para que estas conduzam a conduta de estudos dos estudantes em suas residências. Esta condução não se restringiu a orientação da rotina de estudos. De acordo com o inciso quarto, se faz necessário também a condução do comportamento quanto aos hábitos de cuidados e higiene na prevenção ao coronavírus.

O quadro 7 refere-se as respostas sobre a pergunta enviadas e respondidas pelos professores, a saber: "Professor (a), você acredita que as questões contidas nos relatórios de validação das atividades não presenciais de alguma maneira influenciaram a condução do seu trabalho e o relacionamento com as famílias e estudantes. Justifique".

Quadro nº 07- Amostra de respostas dos professores (anexo 02)

<p>Sim, porque o professor deve ser um investigador de sua própria prática, pois diante da subjetividade de cada estudante temos que ter uma abordagem diferente, uma nova metodologia a ser feita, assim sendo, o relatório permite repensar nossa prática, se obtivemos sucesso ou não, perceber se os alunos avançaram de nível de aprendizagem: pré- silábico, silábico, silábico-alfabético ou alfabético. Quantos foram aprovados e reprovados, porque esses resultados finais, também são um reflexo do nosso trabalho docente.</p>	<p>Professor do 2º ano</p>
--	----------------------------



<p>Sim fazendo uma reflexão sobre o trabalho desenvolvido com os estudantes, para que o professor perceba quais caminhos percorreu diante do cenário enfrentado, no caso da pandemia da COVID-19, por este documento o professor percebe quais objetivos de aprendizagem foram trabalhados, intervenções pedagógicas utilizadas, bem como, os recursos didáticos para efetivar a aprendizagem dos alunos. É de conhecimento que nas séries iniciais do ensino fundamental a dificuldade de promover a alfabetização a distância é muito maior, porque contamos com total apoio da família e muitas vezes, a mesma não está disposta a ajudar. Por isso, por meio de vídeos chamadas, e materiais concretos enviados pelos Kits Atividades, buscamos um trabalho mais significativo, claro que a passos lentos, devido à ausência do contexto escolar, mas buscamos alternativas para concretizar o processo de ensino e aprendizagem de alguma forma, e a partir desse relatório de validação, podemos investigar nossa própria prática e propor novas metodologias e formas diversificadas de trabalhar.</p>	<p>Professor do 1º ano</p>
<p>Acredito que toda vez que paramos para refletir sobre o trabalho realizado, isso de alguma forma contribui para a melhoria da nossa prática. Escrever o relatório possibilitou essa reflexão pessoal.</p>	<p>Professor (a) do 3º ano</p>

Fonte: Deliberação 04/2020, grifos da autora

Na primeira resposta, o entrevistado observa que o relatório proporcionou investigar a sua própria prática, uma vez que uma nova tecnologia foi apreendida, e o relatório possibilitou repensar a mesma. Neste relato, fica evidente a governamentalidade exercida pela intencionalidade dos relatórios, uma vez que proporcionou tal pensamento que conduziu a sua prática. As novas relações de poder levaram os professores a aprenderem novas maneiras de fazer escola.

Esta condução de pensamento está presente também na resposta do professor do 2º ano, que observa que fez uma reflexão do trabalho desenvolvido por meio dos relatórios, percebeu quais caminhos percorreu diante do cenário enfrentado. Segundo o mesmo percebendo "quais objetivos de aprendizagem foram trabalhados, intervenções pedagógicas utilizadas, bem como, os recursos didáticos para efetivar a aprendizagem dos alunos".

Compactuando com as respostas anteriores, a resposta do professor (a) do 3º ano também sinaliza que de alguma maneira os relatórios influenciaram a condução do seu trabalho, observando que toda vez que se reflete sobre o seu trabalho isso contribui para melhoria da sua prática.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo problematizar as práticas pedagógicas no cotidiano da organização do trabalho do pedagogo, a partir dos registros dos relatórios que validam as Atividades Pedagógicas não Presenciais em tempo de pandemia. Esta investigação buscou compreender como os registros escolares funcionam como dispositivo de governamentalidade a partir de Michel Foucault no campo da Educação.

Entende-se que esses registros dos relatórios em tempo de pandemia constituíram-se como um importante dispositivo de controle de tempos e espaços, disciplinando comportamentos, instituindo maneiras de ser, direcionando o fazer pedagógico e atendendo aos propósitos da escola contemporânea.

Para problematização dessas práticas, por meio da interpretação desses relatórios de validação, foram utilizadas as ferramentas conceituais de *saber*, *poder*, *biopolítica*, e *governamentalidade* de Michel Foucault. Ressalta-se que esta dissertação não teve o intuito de solucionar problemas, questionando uma verdade para construção de outra. No entanto, o trabalho foi conduzido como um gesto investigativo, uma maneira diferente de atuar diante um objeto de pesquisa, problematizando como determinadas estruturas de pensamento determinam com que algo aconteça de uma forma em detrimento de outra. Entende-se que, a priori, muitas práticas são apresentadas a escola como únicas, universais e obrigatórias.

Como fio condutor desta dissertação considerou-se que não existem verdades absolutas, somente verdades construídas em um dado momento histórico, de acordo com as relações de poder em um espaço de tempo bem limitado. Existe somente a interpretação sobre as coisas, sendo necessário questionar o que é estabelecido como certo e o errado, isso não significa negar-se ao cumprimento das atribuições já impostas a escola, mas é possível interpretar que estruturas de pensamento determinam seu fazer pedagógico.

O conceito de poder utilizado como ferramenta nesta dissertação é um poder que não está localizado em nenhum ponto específico da estrutura social. Os poderes atuam em níveis variados da rede social e se manifestam por meio das relações de poder, sendo que, para ser compreendido, é necessário levar em conta o contexto em que essas relações são produzidas, é como esse poder é praticado no interior de cada sociedade.

Em linhas gerais foram interpretados os relatórios pedagógicos, bem como a Deliberação 04/2020 e as respostas dos questionários enviados aos professores por meio da divisão didática dos poderes: pastoral, disciplinar, biopolítico e a governamentalidade. Estabeleceu-se a intenção de compreender o momento histórico atual por meio da compreensão de seus dispositivos, nas relações dos poderes citados, para proporcionar diferentes perspectivas.

Na compreensão de se problematizar os relatórios questiona-se as relações de poder que a produção da verdade está inserida, pois sendo produção do homem ela sempre será composta de estratégias ou dispositivos que assegurem o seu domínio, neste caso os relatórios constituíram-se como dispositivos de poder.

A partir da problematização das práticas pedagógicas contidas nos relatórios, é possível interpretar assim como nas práticas da origem do inquérito, como também se encontra além de uma prática administrativa e pedagógica uma prática judiciária. Para saber exatamente quem fez o quê, em que condições e em que momento se fez o que foi feito, o inquérito é uma determinada maneira do poder se exercer. O poder produz coisas, induz a uma forma de saber, produz discursos, assim como por meio dos relatórios foi produzido uma forma de fazer as coisas.

Com intuito de fazer o bem, o poder pastoral repercute nas formas modernas de governar os outros. Como visto nos princípios de colaboração, apoio e incentivo que constituem a Deliberação 04/2020 do CME, também esteve presente como o incentivo ao fortalecimento das interações e os vínculos com as famílias das crianças, para que se ocorresse o desenvolvimento das atividades pedagógicas não presenciais.

No poder disciplinar novas configurações de espaço e tempo foram observadas. Não havia mais o corpo presente para vigilância e controle sobre gestos, comportamentos e atitudes em detrimento de um espaço e tempo determinado, mas houve uma permanente vigilância sobre os indivíduos, por meio do controle da SEMED e CME sobre a escola, com os relatórios sobre as atividades remotas, e dos professores aos pais, no cumprimento da busca e realização das atividades para os estudantes.

Sobre o poder biopolítico entende-se que os relatórios, bem como a Deliberação 04/2020, tiveram uma função de monitoramento geográfico e populacional por meio de levantamento estatísticos sobre o corpo social, que foram direcionados por meio da deliberação nas orientações sobre o mapeamento dos

estudantes que não estavam buscando as atividades pedagógicas e concretizadas nos relatórios descrevendo esse mapeamento.

Com relação a governamentalidade, a condução do outro esteve presente na deliberação 04/2020, ao introduzir os princípios para o período em que as aulas presenciais estivessem suspensas, como a orientação para que as famílias acompanhassem os estudantes em sua rotina de estudo em suas residências, ou seja a governamentalidade ultrapassando os muros da escola.

Diante de todas essas questões de aproximação com as famílias, muitas armadilhas pedagógicas foram apresentadas a escola. "Nem tão perto nem tão longe", talvez seja a frase que melhor defina o sentimento sobre tantas situações vivenciadas nesse contexto inusitado. Esta reflexão se faz, tendo em vista a aproximação que os professores tiveram com as famílias dos estudantes.

Vários foram os exemplos citados dentre os poderes pastoral, disciplinar, biopolítico, e a governamentalidade, sobre o uso excessivo da ferramenta WhatsApp para comunicação entre escola e família.

Essa comunicação poderia ter apresentado somente resultados positivos, porém ressaltou muitos efeitos colaterais. A pesquisadora considera que a maior talvez tenha sido a invasão da privacidade tanto dos professores quando das famílias, pois com a mudança de espaços e tempos de aprendizagem, bem como o fácil acesso a essa comunicação, uma armadilha foi armada, uma vez que se busca "invadir" a vida de outrem, por essa mesma ferramenta a vida de quem invade também será.

É possível que os professores tenham se encantado com a facilidade de entrar em contato com as famílias, uma vez que no contexto escolar, até então conhecido, isso era tão difícil, muitas vezes impossível. Desta forma, as famílias também usaram a mesma ferramenta para ter acesso aos professores, em todas as horas e dias da semana.

A questão relevante no momento é até onde deve-se continuar tendo as mesmas práticas pedagógicas, de um ensino remoto. O que ficará como um legado? Talvez ainda seja necessário problematizar muito esta questão, junto com os professores, e seja este o próprio legado.

Sem dúvida a questão aqui pontuada não é uma negação ao uso de tecnologias, sugerindo um retrocesso na utilização de estratégias e tecnologias para favorecer o processo de ensino aprendizagem, pois é indiscutível o benefício que a

mesma proporcionou. Não é a tecnologia a questão, porém é maneira como ela é utilizada pelas pessoas.

O distanciamento também é um problema, assim como estar perto demais, principalmente quanto o intuito é vigiar, cobrar e controlar exercendo um poder que, por sua vez, também traz um excesso de responsabilização ao professor, sendo este obrigado a regular a família. É preciso ter claro que a escola é uma instituição a família é outra. Ambos precisam exercer suas responsabilidades e a invasão da privacidade é um problema para os dois.

## 9 REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? **Outra travessia**. Ilha de Santa Catarina, v. 2, n. 5, jul-dez/2005, p. 9-16. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>. Acesso em 22 nov. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS **NBR 6023: informação e documentação: referências**. Rio de Janeiro, p. 24. 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BILATE, D. Nietzsche contra a linguística-metafísica: a defesa da maleabilidade da palavra. **Trilhas Filosóficas**. Rio Grande do Norte, n. 1, jan.-jun. 2010. Disponível em: [https://www.uern.br/outros/trilhasfilosoficas/conteudo/N\\_05/III\\_1\\_art\\_3\\_Bilate.pdf](https://www.uern.br/outros/trilhasfilosoficas/conteudo/N_05/III_1_art_3_Bilate.pdf). Acesso em 22 nov. 2021.

FOUCAULT, M. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

FOUCAULT, M. Tecnologias de si, 1982. **Verve**. São Paulo, n. 6, p. 321-360, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5017> Acesso em 22 nov. 2021.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

FOUCAULT, M. O Que São as Luzes? In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984, p. 335-352.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes. 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, M. "Polêmica, política e problematizações ". In: FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos V: Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984, p. 225-233.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Editora forense, 2020.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GESUELI G, F, PASSOS A, E. Pandemia e Biopolítica: uma leitura foucaultiana sobre as intervenções de Agamben e Esposito. **Investigação Filosófica**. Macapá, v.11, n. 2, 2020, p. 55-70. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/investigacaofilosofica/article/view/5940> Acesso em 22 nov. 2021.

HARDT, L. S. A educação em Nietzsche e o enfrentamento das totalidades. **Educação. Porto Alegre**, v.36, n.3, p. 344-351, set./dez.2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/15533> Acesso em 22 nov. 2021.

KRIPKA, L. M. SCHELLER, M. BONOTTO, L. D. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones UNAD**. Bogotá, v. 14, n. 2. jul/dez. 2015, p. 55-73. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/322589335.pdf> Acesso em 22 nov. 2021.

LARROSA, J. Tecnologias do Eu e Educação. In; SILVA, T. T. **O sujeito da Educação**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 35-86.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Lei complementar nº 02 de 25 de março de 2004**. ANEXO I - Atribuições de cargos efetivos e funções gratificadas – p. 23 de 31 – Grupo ocupacional do Magistério.

STAKE, R. E. Pesquisa qualitativa : estudando como as coisas funcionam/Robert E. Stake; tradução: Karla Reis ;revisão técnica: Nilda Jaccks. – Dados eletrônicos – Porto Alegre; penso, 2011.

LÜDKE, M. ANDRÉ, M. **A pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, R. Introdução. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

MARÍN-DIAZ, D. L. NOGUEIRA-RAMIREZ, C. E. O efeito educacional em Foucault. O governo, uma questão pedagógica? **Revista Pró-Posições**. Campinas, v. 25, n. 2, Maio/Ago. 2014, p. 47-65. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/s3ST3DyMdXPTTwwMtQSTvBf/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 22 nov. 2021.

NIETZSCHE, F. W. **A Genealogia da Moral**: uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

NIETZSCHE, F. W. **Humano, demasiado humano**: um livro para espíritos livres. São Paulo: companhia das Letras, 2005.

OLIVEIRA, S. L. O conceito de governamentalidade em Michel Foucault. **Revista Ítaca**. Rio de Janeiro, n. 34, 2019, p. 48-72. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ltaca/article/view/26395> Acesso em 22 nov. 2021.

SOUSA, M. A. O perspectivismo de Nietzsche e a compreensão. **LÍBERO**. São Paulo, v. 19 n. 37A, jul./dez. 2016, p. 109-116. Disponível em: <http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/87> Acesso em 22 nov. 2021.

ÚRIA, F. A. . Microfísica da Escola. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 2, n. 21, jul./dez. 1996 p 31-42. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71610> Acesso em 22 nov. 2021.

VEIGA-NETO, A. LOPES, M. C. Para pensar de outros modos a modernidade pedagógica. **ETD – Educação Temática Digital**. Campinas, v. 12, n. 1 ,2020, p.147-166.

VEIGA-NETO, A. Governamentalidade e educação. **Revista Colombiana de Educación**. Bogotá, n. 65, 2013, p. 19-41. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcde/n65/n65a02.pdf> Acesso em 22 nov. 2021.

VEIGA-NETO, A. TRAVERSINI, C. Por que Governamentalidade e Educação? **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 2, n. 34, mai/ago 2009, p. 13-19 Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9725/5532> Acesso em 22 nov. 2021.

VEIGA-NETO, A. LOPES, M. C. Inclusão e governamentalidade. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100. out. 2007, p. 947-963. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/CdwxsTyRncJRf8nmrhmYjsg/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 22 nov. 2021.



## ANEXO 01

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
RELATÓRIO PARA VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS – 2020  
ANEXO IV - A

1º SEMESTRE (1º E 2º BIMESTRE) - INÍCIO: 11/05 TÉRMINO: 31/07

ENSINO FUNDAMENTAL

UNIDADE DE ENSINO: \_\_\_\_\_

DIRETOR(A): \_\_\_\_\_

DIRETOR(A) AUXILIAR: \_\_\_\_\_

PEDAGOGO(A): \_\_\_\_\_

ANO/TURMA (AS): \_\_\_\_\_

PROFESSOR(A) REGENTE: \_\_\_\_\_

(Para preenchimento do professor RI e RII)

**1- Nome(s) do(s) componente(s) curricular(es), da turma e do(s) professor(es) responsável(eis);** (Áreas do Conhecimento e Professores):

**2 - Cronograma do plano de trabalho** (semanais, quinzenais, especificando os períodos dos planejamentos, das correções, etc.):

**3 – Objetos de conhecimento/conteúdos periféricos trabalhados** (Listar por componente curricular, as unidades temáticas/ campos de atuação e quando necessário recorrer aos objetos central e/ou periféricos de forma geral):

**4 – Descrição das atividades desenvolvidas com as readequações necessárias e a flexibilização curricular** (de forma geral):

**5 – Metodologia e recursos didáticos utilizados (de forma geral):**

**6 - Formas de orientação para o desenvolvimento das atividades e acompanhamento do desempenho e participação/frequência dos estudantes.**(quantidade de estudantes que receberam e os que não receberam as atividades através de seus responsáveis e a descrição das ações realizadas para que as mesmas fossem atingidas):

\*Este relatório ficará anexado no livro de chamada.

São José dos Pinhais, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

Ass: \_\_\_\_\_

PARECER DO CONSELHO ESCOLAR: ( ) APROVADO ( ) NÃO APROVADO  
PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: ( ) VALIDADO ( ) NÃO VALIDADO

## ANEXO 02

### Perguntas enviadas aos professores

1. Professor (a) você acredita que as questões contidas nos relatórios de validação das atividades não presenciais de alguma maneira influenciaram a condução do seu trabalho e o relacionamento com as famílias e estudantes. Justifique.
2. Como você percebeu o significado da apresentação desses relatórios, foi uma preocupação com o processo de ensino aprendizagem ou apenas um mecanismo de controle? Justifique.

**ANEXO 03**

Diário Oficial Eletrônico

Caderno dos Conselhos do Município de São José dos Pinhais

Edição 605, Ano 3 – 29/04/2020

## Sumário

Deliberação nº 04/2020 – CME/SJP - Aprovada Em: 27/04/2020 2

Deliberação nº 04/2020 – CME/SJP - Aprovada Em: 27/04/2020

DELIBERAÇÃO nº 04/2020 – CME/SJPAPROVADA EM: 27/04/2020

## CONSELHO PLENO

INTERESSADO: Sistema Municipal de Ensino de São José dos Pinhais

ASSUNTO: Instituição de normas para o desenvolvimento de atividades e estudos escolares não presenciais no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de São José dos Pinhais e decorrência da legislação específica sobre a pandemia causada pelo novo Coronavírus - COVID-19 e outras providências.

Relatora: Conselheira Ana Lucia Rodrigues

O Conselho Municipal de Educação - CME de São José dos Pinhais - SJP, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 3.055/2018, tendo em vista as disposições contidas no inciso III do artigo 11 da Lei Federal nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, na Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, considerando a Nota do Conselho Nacional de Educação – CNE, emitida em 18 de março de 2020, a Deliberação do nº 01 de 31 de março de 2020 do Conselho Estadual de Educação do Paraná – CEE/PR, da Proposta de Parecer do CNE sobre Reorganização dos Calendários Escolares e Realização de Atividades

Pedagógicas não presenciais durante o período de Pandemia da COVID-19, publicada em 17 de abril de 2020 e que esteve em Consulta pública até o dia 23 de abril de 2020 e do Plano de Atividades Pedagógicas Não Presenciais da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, dispõe a necessidade de orientar as instituições pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino Lei nº 632/2004, Rede Pública e Rede Privada da Educação Básica de São José dos Pinhais,

RESOLVE:

Art.1º - Fica instituído, excepcionalmente, o regime especial para o desenvolvimento de atividades e estudos escolares não presenciais às Unidades de Ensino credenciadas e autorizadas de Educação Básica, ofertada no município de São José dos Pinhais nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental - Anos Iniciais em suas Modalidades de Ensino, em decorrência da legislação específica sobre a pandemia causada pelo novo Coronavírus - COVID- 19 e outras providências.

Parágrafo único. O regime especial previsto no caput deste artigo tem início retroativo a 23 de março de 2020 e será automaticamente finalizado por meio de ato do Prefeito Municipal que determine o encerramento do período de suspensão das aulas presenciais, disposto nos Decretos Municipais n.º 3.726/2020 de 17 de março de 2020 e nº 3.728 de 20/03/2020, ou por expressa manifestação deste Conselho.

Art. 2º - Ficam autorizadas a oferta de Atividades Pedagógicas não presenciais as Unidades de Ensino do Sistema Municipal de Ensino de São José para o cumprimento de carga horária, durante o período de suspensão das atividades escolares.

§ 1º. A autorização prevista no caput deste artigo está concedida somente durante o período de regime especial previsto no Art. 1.º desta Deliberação.

§ 2º As Unidades de Ensino deverão comunicar a decisão tomada à comunidade escolar, particularmente aos pais ou responsáveis, utilizando os meios de comunicação de maior abrangência.

Art. 3º - Os órgãos do Sistema Municipal de Ensino de S J P poderão adotar os seguintes princípios para o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas:

- I - desenvolver um trabalho colaborativo entre a Unidade de Ensino e as famílias, sob a orientação da mantenedora, para garantir o processo de ensino e aprendizagem a todas as crianças e/ou estudantes.
- II - orientar que as famílias acompanhem as crianças e/ou estudantes em sua rotina de estudos em suas residências.
- III - apoiar e incentivar os profissionais da educação, na reorganização das ações pedagógicas e administrativas a serem desenvolvidas com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte das crianças e/ou estudantes e familiares.
- IV - instruir as crianças e/ou estudantes e as famílias sobre as ações de prevenção e higiene que todos devem adotar no combate ao Coronavírus.

Art. 4º - As atividades pedagógicas escolares não presenciais para o Ensino Fundamental são aquelas utilizadas pelo professor, da turma ou do componente curricular, para a interação com o estudante por meio de orientações impressas (atividades de estímulo ao desenvolvimento, estudos dirigidos ou roteiros, indicação de leituras, projetos, pesquisas e exercícios para realização nos materiais didáticos),

- I - as ofertadas pela Unidade de Ensino de maneira remota e sem a presença do professor e do estudante no mesmo espaço, sob responsabilidade do(a) professor(a) da turma em parceria com os profissionais de apoio;
- II - as submetidas ao controle de frequência e participação da criança e/ou estudante;
- III - as que integram o processo de avaliação da criança e/ou estudante; IV - observada a carga horária de cada componente curricular.

§ 1º A Unidade de Ensino deverá tomar todos os cuidados de prevenção e higiene no combate ao Coronavírus na entrega das atividades pedagógicas e/ou dos materiais, às famílias ou responsáveis pelas crianças ou estudantes.

§ 2º No retorno das atividades pedagógicas e/ou materiais, os mesmos cuidados deverão ser respeitados, sugerindo-se um prazo mínimo de 7 (sete) dias para contato e correção deste material.

Art. 5º - As Unidades Ensino Públicas e Privadas que ofertam a Educação Infantil acompanharão a regulamentação do Conselho Nacional de Educação, porém de acordo com os objetivos e finalidades dessa etapa, sem antecipar a escolarização, em atividades que respeitem o desenvolvimento integral e priorizem a interação, o raciocínio, a fantasia e o desenvolvimento da imaginação.

I - na etapa da Educação Infantil serão respeitadas as especificidades, possibilidades e necessidades das crianças, em seus processos de desenvolvimento;

II - os Centros Municipais de Educação Infantil deverão incentivar as famílias para, na medida do possível, desenvolverem vivências e experiências que garantam aprendizagem e desenvolvimento das crianças;

III - os Centros Municipais de Educação Infantil deverão produzir materiais orientadores às famílias para a realização de atividades interacionais e lúdicas na perspectiva do desenvolvimento e fortalecimento das dimensões afetivas e socioemocionais.

IV - haverá a observância aos princípios da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil a fim de garantir a vivência de experimentos pelas crianças, com mediação dos professores, durante o período de suspensão das atividades presenciais e quando do retorno das atividades regulares presenciais.

Art. 6º - Para a elaboração das atividades disponibilizadas serão considerados os componentes curriculares contemplados no Referencial Curricular/SJP, priorizando assuntos já abordados no ano letivo de 2020.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Educação dará suporte material aos professores e demais funcionários, disponibilizando os meios e recursos para uso e oferta das atividades pedagógicas não presenciais para as Unidades de Ensino públicas, conforme as demandas;

I - cada gestor condizente com sua realidade e a da comunidade a que atende, levantará os meios e recursos que dispõe, identificando as possibilidades existentes e as providências a serem tomadas junto à mantenedora durante o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas;

II - os servidores que necessitarem dos recursos materiais para o desenvolvimento e impressão das atividades utilizarão os equipamentos e recursos disponíveis na Unidade Ensino,

organizados pela Direção respeitando o distanciamento social e as normas de segurança sanitárias vigentes;

Art. 8º - Os órgãos que compõem o Sistema Municipal de Ensino devem assegurar os direitos das crianças e/ou estudantes ao realizar acesso à educação não presencial de qualidade.

§ 1º A Direção, pedagogos e professores das Unidades Ensino mapearão as crianças e/ou estudantes que não receberam as atividades impressas para possíveis encaminhamentos, resguardando o direito de todos.

§ 2º Os professores das Salas de Recursos Multifuncionais deverão planejar atividades e auxiliar os profissionais na adaptação de materiais e na sugestão de encaminhamentos para as crianças e/ou estudantes inclusos, durante o desenvolvimento dos conteúdos no ensino remoto.

Art. 9º - Para a organização das atividades não presenciais e acompanhamento das atividades pedagógicas e administrativas, fica determinado:

I - À Secretaria Municipal de Educação, no âmbito da Rede Pública Municipal:

- a) orientar e acompanhar os profissionais das Unidades Ensino.
- b) prover os insumos e condições necessárias às determinações desta Deliberação. II - Aos Diretores das Unidades de Ensino:

- a) acompanhar e dar o suporte necessário para a realização das ações pedagógicas a serem desenvolvidas pelo (os) Pedagogo (os) e Professores e que atuam na Unidade de Ensino.

- b) articular estratégias com o(os) Pedagogo(os) e Professores para garantir a comunicação com toda a comunidade escolar, fortalecendo as interações e os vínculos com as famílias das crianças.

III - Aos Pedagogos:

- a) orientar, acompanhar o planejamento e validar todas as atividades/vivências planejadas e executadas pelos Professores;
- b) organizar, com os professores das turmas, um calendário dispondo os dias de planejamento, desenvolvimento das ações pedagógicas;

c) orientar os Professores a registrarem a entrega e recebimento das atividades no formulário, com as devidas assinaturas.

IV – Aos professores:

a) planejar as atividades pedagógicas não presenciais contemplado a BNCC e o Referencial Curricular de SJP conforme a turma ou faixa etária sob sua responsabilidade;

b) registrar as atividades pedagógicas não presenciais para acompanhamento e posterior avaliação das atividades desenvolvidas;

c) organizar e registrar a entrega e recebimento das atividades em formulário, com as devidas assinaturas dos pais ou responsáveis;

d) atender as orientações propostas pela Direção e Pedagogo(os) da Unidade.

Art. 10 - As atividades pedagógicas realizadas durante o período de aulas não presenciais deverão ser documentadas, para comprovação dos estudos efetivamente realizados, deverão ser protocoladas no CME, órgão normativo do Sistema Municipal de Ensino para efeito de validação como período letivo, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o término da suspensão das aulas presenciais, através de requerimento contendo:

I - ata de reunião do Conselho Escolar, quando se tratar de unidade ensino pública, ata da mantenedora, quando instituição privada, aprovando a proposta;

II - descrição das atividades não presenciais abordando a metodologia utilizada, com remissão à proposta pedagógica presencial autorizada e ao Referencial Curricular de São José dos Pinhais; III - demonstração da metodologia e dos recursos utilizados como folhas impressas datadas, para o acesso e desenvolvimento das atividades pelas crianças e/ou estudantes;

IV - demonstração da frequência ou participação das crianças e/ou estudantes nas atividades realizadas;

V - data de início e término das atividades pedagógicas não presenciais.



Parágrafo Único: Toda documentação referente às atividades não presenciais deverão ser arquivadas nas unidades de ensino públicas ou privadas, no prazo mínimo de 05 (cinco) anos.

Art. 11 - A análise do requerimento e a emissão do ato de validação da oferta não presencial prevista nesta Resolução ficam a cargo do Conselho Municipal de Educação no âmbito de sua atuação.

§ 1º Somente serão consideradas válidas, para efeito de cumprimento do período letivo constante dos art. 24 e 31, da Lei Federal nº 9.394/1996, as atividades pedagógicas escolares não presenciais devidamente autorizadas e que atendam integralmente ao disposto nesta Deliberação.

§ 2º Não serão aprovadas, nem consideradas como período letivo, para efeito de cumprimento do calendário escolar, as atividades pedagógicas não presenciais que não preencherem os requisitos desta Deliberação.

§ 3º A Unidade de Ensino que não requerer a oferta de atividades e estudos escolares não presenciais, ou cujo requerimento não for validado nos termos do Art. 11 desta Deliberação, deverá assegurar aos seus estudantes o cumprimento integral da carga horária presencial prevista para o período letivo de 2020, nos termos dos Art. 24 e 31 da Lei Federal n.º 9.394/1996 e Medida Provisória nº 934 de 2020.

Art. 12 - Todas as atividades não presenciais ofertadas pelas Unidades de Ensino municipais serão orientadas e acompanhadas pelos Departamentos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Especial da SEMED.

Art. 13 - Recomenda-se às mantenedoras das Unidades de Ensino Públicas e Privadas que integram o Sistema Municipal de SJP, a articulação e o trabalho em Regime de Colaboração e aos demais Sistemas de Ensino no âmbito do Estado do Paraná para a oferta de atividades pedagógicas escolares não presenciais.

Art.14 - As Redes de Ensino Particulares que fazem parte do Sistema Municipal de Ensino de SJP, ao realizarem as atividades não presenciais, devem acompanhar e assegurar os direitos de todas as crianças, o cumprimento dos conteúdos e da carga horária prevista na proposta pedagógica curricular e o cumprimento do Art. 11 desta Deliberação.

Art.15 - Tão logo o presente período de excepcionalidade seja revogado, as Unidades de Ensino deverão retomar suas atividades regularmente, e no prazo máximo de 60 (sessenta) dias apresentar proposta de comprovação dos estudos efetivamente realizados para efetivação do ano letivo de 2020.

Art.16 - Cabe à Secretaria Municipal de Educação, no âmbito de suas atuações, assegurar o cumprimento desta Deliberação, com vistas à garantia da oferta de educação com qualidade e equidade.

Art.17 - O calendário escolar de 2020 será reorganizado, após a suspensão das aulas não presenciais, mediante Deliberação a ser expedido pelo Conselho Municipal de Educação.

Art.18 – Esta deliberação poderá sofrer adequações e alterações conforme publicação do Parecer homologado do Conselho Nacional de Educação.

Art.19 - Os casos omissos e os recursos referentes a esta Deliberação serão protocolados e apreciados por este Conselho.

Art.20 - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

São José dos Pinhais, 27 de Abril de 2020.

Ana Lucia Rodrigues

Presidente do Conselho Municipal de Educação de São José dos Pinhais

#### CONCLUSÃO DO CONSELHO PLENO

Após análise e considerações, o Conselho Pleno do Conselho Municipal de Educação de São José dos Pinhais – CMESJP aprova por unanimidade a Deliberação nº

04/2020 – CME/SJP apresentada aos conselheiros presentes à sessão da 1ª Reunião Extraordinária do CME- 2020.

#### VOTOS FAVORÁVEIS

##### Conselheiro Titulares:

Ana Lucia Rodrigues, Carlos Alberto Cardoso, Carolline P. de A. Maia, Domingas de Fátima Cardoso do Amaral, Fábio Braun, Márcia Valaski, Maria Helena Dallagassa, Marinês Andriguetto da Rocha, Patricia Coraleski Pereira Francisco, Robson Amâncio, Rosiliane Aparecida Messias Torres, Tainara Maria Motta, Tatiana Bidinotto, Thiago Bruno Wojcik Flores (suplente), Valdelíria Afonso Nascimento

##### Conselheiros Suplentes presentes:

Ângela Branco Guimarães, Cristian Viviane da Rosa Rodrigues, Fátima Batistão Machado, Juliana Grebe Rosa Ferraz, Lúcia Valente Schuster, Queila Cristina I. Batista Martins.